

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS | VOL 28 | Nº 12 | DEZEMBRO 2008 | R\$ 13,00



Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298



UM NOVO MODELO PARA O AGRONEGÓCIO

Entrevista Silvio Crestana fala da Cidade da Bioenergia

Mudanças climáticas Novo mapa da agricultura

O agronegócio é o seguinte

Necessidade urgente de um novo modelo

O ANO termina bem diferente de seu início. A alteração foi radical. As atividades do agronegócio vinham embaladas pela febre do etanol nos Estados Unidos, a baixa nos estoques mundiais das *commodities* agrícolas e a bolha especulativa nas Bolsas internacionais. Foi um período de grande aquecimento e muita especulação o verificado entre o terceiro trimestre de 2006 e o segundo trimestre de 2008. Esse movimento começou a arrefecer a partir da crise no *subprime* imobiliário norte-americano em 2007, que causou pânico na economia mundial.

Assim, o plantio da safra nacional de grãos 2008/09 transcorreu num contexto completamente atípico, quando comparado aos outros ciclos. A oferta de crédito sofreu um enxugamento brutal, em que pesem os esforços do governo para evitar a falta de liquidez no mercado. O tamanho da colheita somente não ficou comprometido de forma definitiva ante a aquisição antecipada de insumos ocorrida durante o primeiro semestre. Mas, o padrão tecnológico será inferior ao do ano passado. Resta acompanhar a evolução das culturas e torcer pela não incidência de adversidades climáticas. Depois, a função caberá às políticas públicas de sustentar a renda do produtor.

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em Brasília, acompanha com muita preocupação o quadro em torno da formação da renda agrícola. Fica cada vez mais evidente o esgotamento do modelo de financiamento formulado a partir da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o Sistema Nacional de Crédito Rural. O exemplo mais emblemático está na recente renegociação da MP 432, de 17 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, a terceira em 12 anos, que trata de R\$ 75 bilhões dos R\$ 87,5 bilhões da dívida rural com a União.

Um ano e meio de longas reuniões e discussões. Apesar disso tudo, o acerto não satisfaz o governo, nem a agricultura. O resultado é um enorme desgaste do setor na opinião pública. Focar o problema no círculo crédito e dívida ficou anacrônico e não mais atende à realidade das cadeias produtivas. Falta intensificar medidas anticíclicas ligadas a seguro e contratos futuros de proteção de preço. Isso ajudará a melhorar a gestão e a profissionalização da atividade primária. É muito risco crescer na dependência básica de recursos de terceiros.

A Lei Complementar nº 87, de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, ao isentar a cobrança de ICMS nos produtos exportados, estimulou a expansão da soja para o Centro-Oeste, agora precisa ser revista. Sem infraestrutura de armazenagem e transporte não é possível interiorizar e deixar a agricultura baseada em produto de baixo valor agregado. O governo precisa sinalizar o ritmo do crescimento, com políticas fundamentadas em zoneamentos econômico-ecológicos e integradas a sistemas integrados de grãos, pastagens e reflorestamentos. É repensar sob outros moldes a situação que está aí, para uma solução de médio e longo prazos.

Inserida nessa situação está a Lei nº 4771/65, que trata do Código Florestal, com os conceitos de reserva legal e área de preservação permanente. Há mais de quatro décadas a legislação, gradativamente, fica distante da realidade.

O Projeto de Lei nº 6.424, elaborado em 2005 e aprovado no Senado, atualmente encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Um de seus objetivos é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, incluindo as palmáceas. A flexibilidade do Código Florestal coloca contra o governo duas forças opostas. De um lado, os ruralistas, que disporiam de mais terras para serem cultivadas. De outro, os ambientalistas, temerosos com o risco do aumento de terras cultiváveis e do plantio de espécies exóticas, como o dendê.

A situação ficou mais complicada com o Decreto nº 6514, publicado em 22 de julho, que estabelece novas exigências e punições a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9605/98). Entre as imposições, está o prazo de seis meses para averbação de reserva legal a partir da publicação do decreto, além de multas e embargos à comercialização de produtos agropecuários vindos de propriedades localizadas em áreas de proteção ambiental. Também prevê a demolição de obras que estiverem em locais de conservação do meio ambiente. No entanto, para o setor agropecuario, o texto do decreto é inconstitucional por prever imposições não previstas em lei. No meio de toda esta discussão, ainda temos nosso quadro especial sobre a crise.

Em contexto recessivo, a agenda do agronegócio continuará turbulenta. **Agroanalysis** agradece a atenção e comentários de seus seletos leitores neste ano que finda. Boas-festas e próspero 2009 para todos. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Dreamstime e www.sxc.hu (capa)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade
atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente
Economia e Administração, bem como contribuir para a
proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos
Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro
de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista
Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de
Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),
Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti
(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),
Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro
Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A – Banco de Investimento), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco
S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de
Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A),
Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal
(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros
Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio
Murray (Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz
Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de
Investimentos Crédito Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro
Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América
Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),
Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café
Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

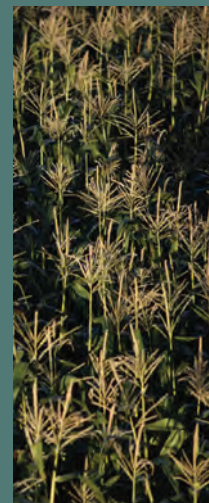
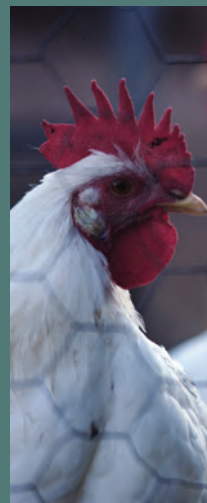
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Oacy Oréfice

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

13 Novos produtos

16 Mercado internacional

18 Pecuária de corte

22 Renda na agricultura I

23 Renda na agricultura II

Especial

25 O alcance da legislação ambiental e territorial
Mudanças climáticas e agricultura

Gestão

34 Estratégias empresariais

35 Ripa

38 13º Fórum Abag

42 Qualidade

Sustentabilidade

44 Meio ambiente

46 Conferência das partes

47 Meio ambiente

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Abre Aspas



Um modelo mais abrangente

Pecuária de corte



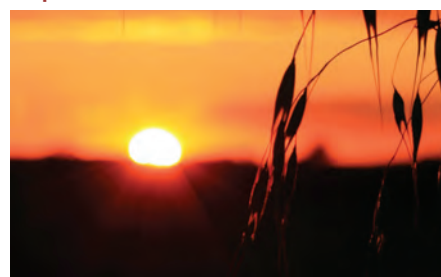
Brasil no mercado mundial

Entrevista



Silvio Crestana

Especial



Mudanças climáticas

Oacy Oréfice, Santander

Um modelo mais abrangente para o agronegócio

da Redação

QUANDO ASSUMIU o comando da área de agronegócios do Grupo Santander em 2004, Oacy Oréfice logo percebeu o tamanho do desafio que tinha pela frente. Afinal, ao adquirir o Banespa em 2000, o Santander herdou também uma respeitável carteira de clientes produtores rurais, com raízes históricas. Marcada por uma grande diversificação, que reflete todo o dinamismo da agricultura paulista, essa carteira é considerada uma das forças do banco.

“A tradição rural do Banespa sempre foi muito forte, e o Santander reforçou essa identidade com o setor. O resultado foi a fidelidade dos produtores rurais”, diz Oacy.

Para a superintendente executiva de agronegócios, a crise financeira traz preocupações, mas também boas oportunidades para o Brasil rever sua política agrícola, introduzindo instrumentos mais seguros e eficazes de apoio aos agricultores.

AGROANALYSIS O que representa hoje a área de crédito rural para o Grupo Santander? Qual é o peso do agronegócio para o Banco?

OACY ORÉFICE Nós evoluímos do modelo de crédito rural, três ou quatro anos atrás, para o de agronegócio. Saímos de um modelo antigo para um negócio. Isso por causa da relevância do setor. Uma das principais forças do Banespa, que foi adquirido pelo Santander, era justamente o interior, a área do agronegócio, onde o Banco chegou a ser líder do crédito rural. Os clientes produtores rurais na época correspondiam a 45% dos ativos de

crédito que o banco tinha em São Paulo. Hoje, continuamos com uma participação importante, pois a nossa cota com os clientes avançou muito. O agronegócio hoje representa para o Santander um ativo relevante da rede comercial.

AGROANALYSIS Qual é a posição da área de agronegócio do Santander no ranking dos bancos hoje?

OACY Contando com o Banco do Brasil, estamos em quarto lugar. Temos uma

“Evoluímos de um modelo antigo de crédito rural para o de agronegócio”

grande vantagem. A nossa carteira é extremamente diversificada, pois abrange muitas atividades agropecuárias e diversos produtos financeiros.

AGROANALYSIS Como foi a passagem do modelo de crédito rural para o de agronegócio?

OACY É importante destacar que não é apenas uma questão de semântica, mas envolveu uma mudança no modelo de atuação. Quando você falava em crédito rural, você focava muito naquilo que estava dentro da fazenda. E hoje você não pode enxergar somente o que está dentro da fazenda. O agronegócio representa as três partes: os insumos e maquinários, a produção e o processamento e a comercialização. Passamos então atuar com a cadeia produtiva. Foi essa proposta que nós iniciamos em 2005. A idéia era aproveitar a estrutura que o banco tinha, com uma base de clientes com 15 anos, em média, de história. Enfrentamos várias crises, mas a nossa clientela se manteve fiel. O índice de inadimplência é baixo, o que comprova a solidez da carteira. Temos clientes imigrantes que vieram, por exemplo, da Itália para trabalhar no café e hoje a quarta geração da família continua operando conosco. A maior parte dos clientes do agronegócio do Santander está em São Paulo, 78% da carteira. O Banco Santander conta com 70 engenheiros agrônomos, que servem como uma espécie de consultores financeiros do cliente. Preparamos essa equipe técnica durante vários anos, e eles hoje os profissionais são gerentes comerciais de agronegócio. A missão deles, que antes era técnica, passou a agregar uma visão de risco. Antes eles só precisavam conferir se o produtor havia plantado na época certa, e aplicado o adubo corretamente. A equipe fornece também toda a assistência financeira ao cliente. Porque o

cliente do agronegócio é um cliente completo. Ele toma risco de crédito, tem as suas aplicações. Nós ajudamos o cliente a empregar bem o seu dinheiro. Essa visão comercial nos permitiu sair do modelo clássico de crédito rural, daquele modelo técnico, para um modelo mais comercial, de relacionamento com o cliente.

AGROANALYSIS Hoje está mais difícil para tomar crédito rural?

OACY Está mais seletivo. E não somente no crédito rural, mas em todas as atividades.

Tanto o tomador como os bancos se políam mais. O mercado todo hoje encontra-se mais retraído. No nosso caso, não sentimos muito, mesmo porque a gente já vinha fazendo isso com os nossos clientes tradicionais. Com os nossos clientes tradicionais, o Banco até aumentou o volume de empréstimos. Tem cliente que está contratando financiamento para projetos de longo prazo.

AGROANALYSIS Mas o dinheiro está chegando ao produtor? Há quem diga que

dinheiro tem, mas o produtor não consegue tomar, por conta do risco.

OACY Aqui no banco tudo o que nós tínhamos para emprestar nós já emprestamos. Na medida certa. Mas quando dizem que o dinheiro não chegou ao produtor, tem que se levar em conta que o Plano Safra foi iniciado com algum atraso.

AGROANALYSIS Vai faltar dinheiro para a comercialização da safra?

OACY Os nossos recursos já estão todos planejados. E nós não temos os apenas os recursos obrigatórios do crédito rural, o banco operacionaliza também a CPR Financeira com clientes de médio e grande porte. Para esse porte de cliente, há necessidade de maior volume de capital do giro. Há necessidade também de utilização de recursos próprios no negócio, o que exige muito planejamento e fluxo de caixa. É importante que os produtores rurais trabalhem dessa forma.

AGROANALYSIS A saída das *tradings* da comercialização perturbou bastante a agricultura brasileira. Elas representam pelo menos um terço dos recursos para a comercialização da safra. Os dois terços restantes vinham do crédito obrigatório e dos recursos próprios.

OACY Os bancos aumentaram sua participação. Lembre-se de que o governo elevou a exigibilidade do crédito rural de 25% para 30%. Mas o que se percebe é que o produtor rural passou a utilizar mais os seus próprios recursos para bancar a safra. No ano passado, 25%, em média, da soja foi plantada com recursos dos próprios produtores. Ainda não sabemos se vai faltar dinheiro para a comercialização. Nesta safra, estima-se que 50% da soja têm recursos do produtor. Isso vai aumentar o poder de barganha do produtor na época da comercialização, pois ele ainda não vendeu a maior parte da produção. Este ano, também há uma importante alteração nos contratos de crédito rural, pois o vencimento dar-se-á em parcela única.

“O agricultor está utilizando mais os seus próprios recursos para bancar a safra”



AGROANALYSIS Para o anco, a crise deve perdurar por alguns anos ou será mais leve?

OACY Nós avaliamos e discutimos o assunto todos os dias. É muito difícil ser afirmativo num momento como este. Mesmo os mais conhecidos e experientes analistas têm opiniões divergentes sobre o que poderá acontecer.

AGROANALYSIS E na área do agronegócio? Qual será o impacto da crise?

OACY Os fundamentos da agricultura do Brasil e do mundo ainda são favoráveis ao setor. Os estoques de grãos não terão uma elevação significativa, e devem permanecer no mesmo patamar do ano passado, que é um nível baixo. Segundo ponto: o consumo de carnes nos países emergentes continua aumentando. Pode até sofrer uma desaceleração, mas continuará aumentando. Na China, por exemplo, você tem um crescimento da população urbana com a migração dos trabalhadores rurais. E a população urbana ganha no mínimo três vezes mais do que a população rural. Isso significa consumo. Vale lembrar que a produção de proteína animal exige soja e milho. Ou seja, o consumo mundial de alimentos vai continuar crescendo. E temos ainda os biocombustíveis. A preocupação ambiental hoje é universal. E o petróleo é um bem finito. Portanto, o uso do biocombustível é um caminho sem volta. Mesmo que haja uma desaceleração do PIB mundial, o consumo de alimentos continuará crescendo, e a oferta será menor que a demanda.

AGROANALYSIS O que poderia ser mudado na política agrícola brasileira?

OACY A política de subsídio agrícola precisa de melhorias. Há apoio e incentivo ao produtor para o custeio da safra, mas na hora de vender nem sempre ele é bem sucedido. São necessários instrumentos eficazes de garantia de comercialização pelos preços mínimos. Será muito bom se eles já forem utilizados na colheita desta safra para garantir a renda do produtor. Veja o caso do milho. As perspectivas não são muito favoráveis. Acabou de sair uma



“Apesar da crise, os fundamentos da agricultura são favoráveis ao produtor”

estatística que prevê que nós teremos um estoque de milho de 13 milhões de toneladas. Isso, provavelmente, vai exercer uma pressão baixista no preço do produto. Se não forem tomadas medidas governamentais de sustentação do preço, ocorrerá um desestímulo muito grande para o milho safrinha, plantado a partir de abril, e aí poderá gerar problemas.

AGROANALYSIS O seguro rural também é importante.

OACY É outro instrumento que merece todo o apoio. O produtor não aceitava muito o seguro, porque o valor do prêmio era elevado. Mas com a subvenção, o seguro passou a ser mais aceito. Nós começamos a fazer seguro rural em setembro do ano passado e hoje, produtos como a cana-de-açúcar já têm 62% dos novos ativos assegurados. Com o Programa de Subvenção ao Prêmio, instituído pelo governo federal, o seguro rural no Brasil evolui muito, a ponto de, no próximo ano, dependendo da cultura, até 70% do prêmio poderão contar com a subvenção governamental. Em São Paulo, há um Programa Estadual de Subvenção ao Prêmio do Seguro Agrícola, que complementa o programa federal. É a mudança de modelo, que os governos já enxergaram. É mais fácil e mais barato bancar uma subvenção que a dívida agrícola, que hoje alcança bilhões de reais.

AGROANALYSIS Quais são as bases de um modelo ideal de política agrícola? Como os produtores, os bancos e o governo podem contribuir para a construção de instrumentos mais eficazes e seguros de apoio à produção?

OACY A primeira coisa é a maior proteção. Para isso, é muito importante o apoio governamental. É também preciso atualizar política agrícola, fazer uma coisa moderna e atual, para que o produtor não tenha dificuldade em utilizar e entender. De outro lado, há também uma parte importante a ser desenvolvida pelos produtores rurais, principalmente no tocante à gestão empresarial. Os bancos, por sua vez, sabem muito bem o que agronegócio representa para a economia, com destaque para o saldo da balança comercial brasileira. Mas há um trabalho duro pela frente, porque a agricultura é uma atividade que contém riscos incontrolláveis. Se houver uma política que possa mitigar os riscos climáticos e de mercado, se o governo garantir uma estrutura, não tenho dúvida de que os bancos farão a sua parte para apoiar a produção. Claro, sempre vai existir risco, mas o risco calculado, do próprio negócio, e aí caberá ao produtor modernizar a sua gestão. ■

Macroeconomia

Reagindo à crise

Rogério Mori*

DEMOROU, MAS o governo brasileiro, aparentemente, começou a reagir com maior intensidade para conter os efeitos perversos da crise financeira e econômica internacional sobre a economia brasileira.

Claramente, isso representa uma mudança substancial em relação ao discurso oficial inicial que apontava que o País estaria blindado em relação à crise e que seus efeitos seriam de pouca monta sobre a economia brasileira.

A realidade dos fatos recentes tem demonstrado que o Brasil não está imune à crise internacional, dada a sua dimensão e gravidade. Sob essa perspectiva, a recessão que já está instaurada nas economias desenvolvidas claramente já afeta as exportações do resto do mundo para esses países. O reflexo desse quadro é claro e palpável atualmente: os preços internacionais de várias *commodities* já recuaram em função desse cenário e os volumes exportados também deverão apresentar algum recuo daqui para a frente. Assim, as exportações de países emergentes deverão sofrer um impacto negativo duro nos próximos meses, o que se traduzirá em uma potencial piora das suas contas externas.

Do lado financeiro, a situação também não é das melhores, pois com a forte contração de liquidez internacional e a restrição ao crédito, os fluxos de recursos têm se direcionado aos países desenvolvidos, onde a problemática associada ao sistema financeiro é mais grave. Com isso, vários países têm enfrentado perda de divisas de maneira sistemática nos

últimos meses, o que tem afetado duramente suas taxas de câmbio.

O Brasil não tem sido uma exceção à regra e foi afetado de diferentes formas nesse cenário. As contas externas brasileiras foram afetadas duramente no quadro atual e a perspectiva de queda dos preços de *commodities* apenas agrava o quadro do resultado em conta corrente da economia brasileira. Em outras palavras, o conforto dos últimos anos obtido a partir dos expressivos superávits comerciais parece estar com os dias contados, e devemos observar uma piora das contas externas daqui para a frente, o que se traduz em uma maior necessidade de dólares para o País para financiar o déficit crescente.

No entanto, dado o cenário financeiro atual, é pouco provável que o País obtenha os fluxos necessários para financiar o déficit crescente, e a resposta observada nos últimos meses foi um *mix* de depreciação do real ante o dólar e de venda de divisas por parte do Banco Central no mercado de câmbio para evitar movimentos mais acentuados de sua taxa.

Os impactos da crise sobre a economia doméstica têm se feito sentir de forma dura nos últimos meses. De fato, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do terceiro trimestre do ano ainda não incorporam os efeitos do acirramento da crise sobre o lado real da economia. No entanto, as indicações de vários setores importantes da economia, como o automotivo, por exemplo, sugerem uma parada brusca da atividade econômica. Muito possivelmente, os indicadores do ritmo da atividade de novembro e dezembro de

2008 irão surpreender pela velocidade de desaceleração da economia no período.

O governo relutou em admitir a contaminação da crise internacional sobre a economia, o que retardou sua ação efetiva do ponto de vista de evitar um contágio maior. Sob essa perspectiva, o conjunto de ações foi muito limitado até recentemente e não evitou uma desaceleração do consumo e dos investimentos nos últimos meses. Adicionalmente, as ações de política monetária limitaram-se, predominantemente, a evitar o colapso do sistema financeiro nacional, sem focar-se especificamente em evitar um colapso maior da demanda agregada.

As ações recentes marcam um ponto de inflexão na postura governamental. O conjunto de ações do lado fiscal, com isenções e estímulos, visa basicamente a proporcionar uma retomada do consumo e dos investimentos no País. Ainda que tardiamente e com efeitos incertos, essas ações caminham na direção correta do que deve ser adotado atualmente em face da crise que se avizinha. Não se deve descartar inteiramente a hipótese de quedas do PIB no último trimestre do ano e no início de 2009.

No entanto, mesmo com sinais de desaceleração do ritmo da inflação, o Banco Central ainda reluta em reduzir a meta da taxa básica de juros – Selic – revelando algum grau de disparidade no conjunto das ações do governo. Claramente essa é uma discussão interna de governo, que deve ser solucionada no médio prazo. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

KÁTIA ABREU

A senadora Kátia Abreu não esperou a posse para iniciar o seu trabalho na CNA (Confederação Nacional da Agricultura). Eleita no dia 12 de novembro, na mesma semana saiu à luta para tentar ampliar o volume de crédito que será destinado à comercialização da safra 2008/2009 de R\$ 3 bilhões para R\$ 4 bilhões.

Para Kátia Abreu, a crise financeira veio comprovar o que todo mundo já sabia: o sistema de crédito rural no Brasil está obsoleto e exige uma profunda mudança. Essa, segundo a presidente eleita, será uma das prioridades de sua gestão na CNA. Ela também pretende investir na comunicação da entidade e dos sindicatos rurais, por meio de um amplo programa de inclusão digital, capaz de levar informações estratégicas aos agricultores. Em entrevista à *Agroanalysis* a senadora falou sobre seus projetos.

Como mudar a política de crédito rural no Brasil?

KÁTIA ABREU Precisamos reestruturar o crédito rural no Brasil, que se degradou ao longo dos últimos 25 anos. Agora, com a crise, a situação chegou ao limite. O crédito rural no Brasil é obsoleto. O Banco do Brasil é regido pelas mes-

mas normas do Banco Central que servem para o Bradesco, o Real, e o Itaú e não consegue mais apoiar os agricultores. O risco da carteira agrícola do Banco do Brasil, que em 2003 significava 3%, hoje chega a 14,9%. Então, a chance de emprestar dinheiro ao produtor é mínima. As *tradings* também se retiraram da comercialização da safra, por conta da crise internacional. Elas também têm quase US\$ 1 bilhão em contratos não-cumpridos com os agricultores no Brasil. Se o Banco do Brasil não vai emprestar e as *tradings* recuaram, vamos fazer o quê?

O mais urgente é resolver a situação desta safra?

KÁTIA ABREU Precisamos de uma regra de transição pelo menos para esta safra, embora os economistas que nós contratamos calculam que seja necessária uma transição para duas safras. Neste período, o Tesouro precisa suprir a diferença do risco do agricultor. Temos que procurar meios inteligentes, modernos, transparentes de garantia de renda. Não podemos compactuar com atual política agrícola do Brasil que privilegia o abastecimento, com renda zero para o produtor. Abastecer a população é fácil, com comida barata e de qualidade, mas à custa de quem? Quem paga a conta? Nos EUA é o contribuinte,



“ Precisamos reestruturar o crédito rural e melhorar o nível de informação do produtor”

PARA A CHINA

US\$ 8,5 bilhões

é quanto devem render em 2008 os embarques de produtos do agronegócio brasileiro para a China, o principal cliente do Brasil no setor.

INOVAÇÃO NA CANA

A Syngenta lançou em outubro uma nova tecnologia para o plantio de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo os técnicos da empresa, o sistema, que utiliza mudas tratadas com produtos da empresa, pode reduzir em até 15% os custos de plantio por hectare.

O emprego de pequenas mudas, de 6 centímetros de altura, deve simplificar o trabalho de plantio. A John Deere está participando da nova tecnologia desenvolvendo a máquina a ser utilizada no plantio.

Pêra do São Francisco

Terceira fruta de clima temperado mais consumida no Brasil, cerca de 150 mil toneladas/ano, a pêra pode virar uma opção nas áreas irrigadas do Vale do São Francisco. A Embrapa Semi-Árido desenvolve pesquisas para a adaptação da cultura na região. Uma dos desafios é superar a necessidade de frio que a pêra requer.

Segundo o agrônomo Paulo Roberto Coelho Lopes, os bons resultados obtidos até agora animam os pesquisadores. A produção nacional de pêra hoje não chega a 15 mil toneladas.

na Europa é o consumidor, e aqui no Brasil a conta fica para o produtor.

Estabelecer canais de comunicação com os produtores e melhorar a qualidade de informação para o produtor rural são duas propostas para a nova gestão da CNA. A senhora sempre foi uma leitora assídua da revista *Agroanalysis*. Como avalia a importância da revista para a discussão dos grandes problemas do agronegócio brasileiro?

KÁTIA ABREU Acho a *Agroanalysis* um instrumento da maior importância. Pretendo visitar a revista assim que tomar posse para que nós possamos fazer uma parceria com a CNA e com o Senar. Publicações com credibilidade como a *Agroanalysis* precisam estar disponíveis a produtores de todo o País. Nós estamos priorizando na CNA a área de comunicação. Vamos fazer um grande programa nacional de inclusão digital rural. Vamos abrir um canal com o produtor rural, para nos comunicar com ele e também lhes dar acesso a informações e análises valiosas como as da FGV. Nós vamos construir um canal do produtor via *internet*. Montar 500 salas de aula nos 500 maiores sindicatos do país para treinar o produtor rural a lidar com a *internet*.

Redução do alojamento

Na avaliação da União Brasileira de Avicultura (UBA), o frango mantém a liderança do consumo entre as carnes no mercado interno. A produção brasileira em 2008 deve chegar a 11 milhões de toneladas. Para 2009, a UBA recomenda aos seus associados uma redução de 15% no nível de alojamento de pintos de corte. O objetivo é adequar a produção à demanda. Além da crise, o primeiro trimestre do ano historicamente é um período de baixo consumo para a carne de frango.

MUDANÇAS NA CNA

Por Roberto Rodrigues

Recém-empossada na presidência da poderosa Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, a senadora Kátia Abreu promete promover grandes mudanças na venerável instituição.

Dotada de uma determinação e de uma capacidade de trabalho fora do comum, a jovem presidente tem uma história de lutas e de vitórias que a credenciam positivamente para o novo desafio.

Viúva muito moça de um importante pecuarista na região de Gurupi – TO, não se rendeu à tragédia da perda do marido; ao contrário, assumiu com obstinação o comando da propriedade, introduzindo modelo de gestão contemporâneo e tecnologias de ponta para os diferentes elos da cadeia produtiva da pecuária de corte e, com isso, logo sobressaiu-se entre seus pares.

Eleita presidente do Sindicato Rural de Gurupi, sua atuação determinada logo lhe grangeou destaque entre as principais lideranças da agropecuária tocantinense, sendo em pouco tempo eleita presidente da Federação da Agricultura do seu estado.

Na atividade, sem perder de vista o papel de mãe dedicada, foi assumindo mais e mais posições de comando, o que a levou a receber grande apoio popular, elegendo-se, sucessivamente, deputada federal e senadora (das mais votadas proporcionalmente em todo o País) e rumou para Brasília, onde fez valer a voz do agronegócio brasileiro, com vigor e transparência.

Mantendo a postura ruralista, foi também eleita vice-presidente da CNA, quando se preparou para a nova tarefa que acaba de assumir.

Está de parabéns a CNA, está de parabéns a agropecuária nacional e está de parabéns a senadora Kátia Abreu que, sem dúvida, trará grandes progressos ao sofrido setor da economia brasileira.

RODADA DOHA

“Não quero ir à Genebra para aumentar o sofrimento de milhões de agricultores indianos com um acordo de liberalização [do comércio agrícola]”

KAMAL NATH, ministro de Comércio da Índia, em 2/12/2008, em entrevista às agências de notícias

“Um acordo no final do ano na Rodada Doha seria bom para a humanidade”

CELSO AMORIM, ministro das Relações Exteriores do Brasil, na *Gazeta Mercantil*, em 3/12/2008

ROMÃ CONTRA O ÓPIO

Artigo publicado na *Economist* de novembro mostra que o apoio à produção de romã no Afeganistão está ajudando a combater o comércio de ópio, atividade ligada ao Talibã.

O Alcorão cita a romã como uma fruta encontrada no paraíso. As pesquisas medicinais mostram as propriedades da fruta para aumentar o tempo de vida das pessoas. Relatórios da FAO indicam uma grande colheita de romã este ano no Afeganistão.

Em novembro último, o ministro da Agricultura do Afeganistão e a Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (Usaid) lançaram um Programa de Comércio Justo para as romãs na fronteira de Kabul. Nos últimos cinco anos, os preços da fruta quadruplicaram, tornando-a uma boa alternativa à produção de papoula.

Apesar de produzir uma das romãs mais saborosas, Kandahar está no centro do Talibã e da produção de ópio. Para desenvolver o Afeganistão como país exportador existem dificuldades: escassez de defensivos e fertilizantes, estrutura viária precária, processamento rudimentar e falta de armazéns a frio. Os importadores indianos da fruta reclamam que a romã produzida no Afeganistão é embalada em caixas de madeira, o que causa danos à fruta. Os produtores afegãos de papoula não acreditam nos resultados imediatos das mudanças na produção. Hortelã, açafrão e algodão são três das culturas promovidas, mas que até agora não conseguiram bons resultados.

Mas o ópio começa a ser inimigo de seu próprio sucesso. Seus preços caíram nos últimos quatro anos, já que a oferta afegã supera a demanda mundial. A produção do país diminuiu 15%, em relação a do ano passado. Enquanto isso, os preços dos alimentos estão em alta.

A ONU calcula que o faturamento da indústria de droga caiu de US\$ 4 bilhões para US\$ 3,4 bilhões. A relação de preço entre o cultivo de ópio e o de trigo reduziu-se de 10:1 para menos de 3:1. O aumento dos preços de alimentos pode ser bom para a guerra contra a papoula, mas afeta a vida de muitos afegãos. O custo médio do alimento para a renda de uma família afegã aumentou de 50% para 85% em algumas áreas durante o último ano.



Mais investimentos

Além da Syngenta, outras empresas do agronegócio anunciaram investimentos para 2009/2010, na contramão da crise. Vale citar: a AGCO anunciou que vai ampliar a fábrica de implementos agrícolas no RS no ano que vem e lançar sua colheiteira de cana em 2010. A John Deere inaugura uma central de peças em Campinas este mês.

RESÍDUOS NAS FRUTAS

O Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), que já monitora mamão e melão, vai estender as análises para a produção de morango, uva, abacaxi, alface, banana, limão, manga, tomate e batata. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) assinou contrato com dois laboratórios.

Porteira aberta

Desde o dia 1º de dezembro de 2008, estão liberadas as exportações de carne *in natura* para a União Européia, provenientes de bovinos abatidos em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Com a habilitação dessas áreas, mais 40 milhões de bovinos podem ser comercializados para o mercado europeu.

Boiada na Amazônia

Cerca de 35% dos 205,8 milhões de bovinos brasileiros estão hoje na Amazônia Legal. É o que mostra o levantamento divulgado este mês pelo IBGE. Entre 1997 e 2007, o rebanho na região cresceu 78%, com destaque para o sul do Pará, norte de Mato Grosso e Rondônia. De 2006 para 2007, porém, o número de bois na Amazônia Legal caiu 5%, seguindo a tendência nacional.

RECEITA DO FUMO

As exportações brasileiras de fumo devem fechar 2008 com uma receita de US\$ 2,6 bilhões, 18% superior à alcançada em 2007. Os dados divulgados pela Câmara Setorial do Fumo mostram ainda que os maiores produtores são Rio Grande do Sul (50%) e Santa Catarina (33%). A China é o maior freguês do fumo brasileiro.

Novos produtos

Mercado de frutas secas

Eduardo Eugênio Spers¹
 Gabriela Fernandes Begiato²
 Luciano Thomé e Castro³
 Marcos Fava Neves⁴

A DEMANDA por produtos naturais, saudáveis e à base de frutas cresce rapidamente, tanto para produtos acabados, como nos ingredientes a serem incluídos em alimentos mais elaborados (sorvetes, cereais, laticínios, produtos de confeitaria e panificação).

A produção de fruta para uso específico da agroindústria exige uma postura diferente do produtor. A indústria exige qualidade, prazo, quantidade, variedade e preço para a matéria-prima. Em alguns casos, trabalha integrada com os produtores, mediante contratos de garantia de compra durante a safra. Com exceção da laranja, o mercado é bem limitado no Brasil.

Como geralmente conseguem um retorno maior, na maioria dos casos, os fruticultores produzem para o mercado *in natura*. O volume excedente é vendido a um preço menor para a indústria. Por isso, a produção e comercialização de frutas processadas acompanham de perto a produção e comercialização de fruta fresca.

Embora não muito frequentes no Brasil, os contratos de integração são uma opção bastante utilizada para a coordenação em cadeias produtivas frutícolas em outros países. Medidas desse caráter são fundamentais para a criação de elos entre os agentes da cadeia produtiva para aumentar sua competitividade e a qualidade final do produto.

Com a onda recente em torno da demanda por produtos naturais, o consumo mundial de fruta seca aumentou nos últimos anos. Apesar de ser uma estratégia para a agroindústria agregar valor ao produto, a qualidade final do produto de-

sidratado dependerá da qualidade da matéria-prima empregada. Industrialmente, os principais produtos desidratados de frutas são: 1) farinhas, 2) flocos, 3) pó ou granulado e 4) fruta seca ou passa.

Desidratação e Industrialização

A desidratação é um dos métodos mais antigos de conservação dos alimentos. É realizada por um processo térmico que remove parte ou quase a totalidade da água das frutas. O homem tem utilizado o Sol como fonte natural de calor para a desidratação das frutas.

Atualmente, com alternativas tecnológicas, a secagem se apresenta como uma ferramenta importante para o desenvolvimento de novos produtos derivados de frutas, com valor adicionado e propriedades nutricionais bastante significativas.

A industrialização é uma opção para o aproveitamento de excedentes de produção de frutos com aparência comprometida para consumo *in natura*, ao proporcionar aumento da vida útil e adição de valor ao produto.

Segundo os dados da FAO (Food and Agriculture Organization), de 2003 a 2004, o volume exportado no mundo, em mil toneladas, passou de 297,2 para 376,5. Um incremento de 27%. A exportação brasileira não ultrapassou 30 toneladas.

As exportações brasileiras de frutas secas, segundo dados da Secex, de 2000 a

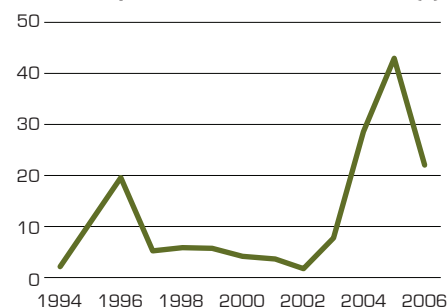
2006, sofreu intensa oscilação. Isso deu margem a duas interpretações distintas.

Exportação de frutas desidratadas em 2007 (toneladas)

Países	Exportação (t)	%
China	31.854	8,5
Afganistão	12.686	3,4
Espanha	10.994	2,9
Indonésia	10.590	2,8
Alemanha	8.867	2,4
Índia	8.767	2,3
Outros	292.774	77,7
Total	376.532	100

Fonte: elaborado pelo Pensa com base em FAO

Brasil: exportação de frutas secas (t)



Fonte: Secex

1º: a fraca estruturação do mercado brasileiro de frutas secas, sem agroindústrias de grande porte manter o abastecimento do produto;

2º: o aumento do consumo interno, com diminuição da oferta do produto para exportação.

Essas diferenças são oriundas da ausência de informações da produção e do

consumo nacional. Com o objetivo de ampliar o conhecimento e as vendas, as campanhas de *marketing* são ferramentas importantes e necessárias para alcançar sucesso. Outra forma é garantir a qualidade do produto final. Quando o produto é bem processado, e a embalagem é atraente, o consumidor fica mais seduzido a comprar.

A cadeia agroindustrial de frutas secas apresenta profundas mudanças no mercado brasileiro. Esse produto se encaixa em um de nicho de mercado em crescimento e consolidação, que busca produtos de conveniência e aproveitamento integral, quando comparado ao *in natura*.

Vantagens das frutas secas

- Proporciona a adição de valor ao produto;
- Evita o uso de aditivos químicos;
- Possibilita a eliminação de perdas em épocas de safra;
- Uso de frutas fora do padrão de exportação;
- Obtenção de preços constantes ao longo do ano.

O consumo de frutas secas é comum na Europa, nos Estados Unidos e em outros países onde a produção de frutas só ocorre em parte do ano. No Brasil, as indústrias usam cada vez mais as frutas secas em pedaços, flocos ou pó para uso em produção de recheios para bolos, doces, bolachas, barras de cereais, panetones e outros produtos.

Bastante difundida em países desenvolvidos, no Brasil a comercialização da fruta seca tem consumo baixo, preço superior ao do produto *in natura* e baixa presença nos pontos de venda.

As frutas desidratadas se destacam na demanda de produtos processado pelas qualidades de:

- Fácil consumo;
- Alto teor de fibras;
- Manter as características naturais das frutas;
- Reduzir custos com transporte;

- Dificultar o desenvolvimento de microorganismos que promovem deterioração.

O mercado brasileiro de alimento desidratado está concentrado nas classes sociais de maior renda nos centros urbanos. A falta de associações, ausência de marcas e baixo padrão de qualidade dificultam o desenvolvimento do mercado. Realizada em escala artesanal, os produtos mais comuns são a banana-passa e o tomate seco, mas há espaço para frutas tropicais brasileiras, tais como mamão, banana, abacaxi, caqui, maçã e manga,

de hortaliças e frutas frescas, enquanto no pequeno varejo se resume basicamente à uva-passa.

No mercado atacadista, as vendas são para as indústrias de alimentos voltadas à produção de barras de cereais, cereais matinais, bolos e panetones. A falta de frutas secas no mercado brasileiro influi diretamente na capacidade das empresas para fabricar esses produtos.

A perspectiva de crescimento do mercado é grande. Para continuar na atividade de forma competitiva, o pequeno empresário necessita investir na melhoria da



A uva-passa apresenta um consumo bastante difundido no Brasil, porém o abastecimento do produto é originário de países como a Grécia, Argentina, Turquia e Chile. As indústrias de alimentos, principalmente as indústrias de panificação, apresentam um consumo de uvas-passas em torno de 6000 toneladas ao ano, na elaboração de recheios, bolachas e panetones.

As frutas secas podem ser comercializadas:

- A granel em mercados municipais
- Em embalagens individuais em hipermercados e lojas de conveniência.

A comercialização desses produtos no varejo é feita em embalagens individuais (aproximadamente 30g em cada), com cores chamativas e apelos do tipo natural, sem açúcar, fonte de fibras, saudável etc. No grande varejo, o produto é encontrado em gôndolas únicas, dentro no setor

qualidade de seus produtos, com maior controle das matérias-primas utilizadas, tipo de secagem ou desidratação empregada, e tipo de embalagem.

Apesar das dificuldades, o mercado de frutas secas está em expansão, graças ao interesse e envolvimento de todos os membros participantes da cadeia produtiva. As instituições de pesquisa se empenham para promover novas tecnologias de desidratação. As redes atacadistas e varejistas apresentam interesse na comercialização do produto. Os produtores contam com uma chance de garantir a venda da sua produção, e os consumidores são atraídos pelas vantagens e benefícios do consumo. ■

1 Professor da Esalq/USP. edespers@usp.br

2 Graduada em Ciências dos Alimentos pela Esalq/USP. gbeginato@esalq.usp.br

3 Doutorando pela FEA/USP. ltcastro@usp.br

4 Professor da FEA /USP. mfaneves@usp.br

Mercado internacional

Novos e velhos desafios

O INSTITUTO de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), no final de junho passado, promoveu o seminário Desafios do Comércio Agrícola para o Mercosul: Uma Proposta, juntamente com entidades parceiras da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. O evento teve dois objetivos centrais: 1) apresentar uma proposta de trabalho para o setor agrícola do Mercosul com o objetivo de incrementar a inserção comercial dos países do bloco; 2) tratar dos novos temas que afetam o comércio internacional agrícola, como padrões privados ao comércio, biotecnologia e as questões da sustentabilidade, e refletir sobre a importância das negociações na Organização Mundial do Comércio.

O primeiro painel tratou das negociações comerciais sob a perspectiva de dois *experts* nos temas da OMC, o uruguaio Carlos Perez del Castillo, que foi *chairman* de vários Comitês da OMC e o brasileiro Victor do Prado, chefe adjunto de Gabinete do diretor-geral da OMC.

A apresentação de Carlos Perez del Castillo tratou dos impactos da Rodada Doha para o setor privado agrícola. Em sua apresentação fez um comparativo entre a Rodada Uruguai e a Rodada Doha, trazendo pontos de reflexão sobre as ambições de cada rodada e os possíveis resultados de Doha. Sua conclusão é que a nova rodada da OMC trará poucos benefícios para o Mercosul.

Victor do Prado fez uma apresentação com o objetivo de mostrar os pontos de consenso e as principais dificuldades da Rodada Doha na visão do Secretariado da OMC. Para ele, o Mercosul poderia se beneficiar da abertura agrícola, mas é im-

portante que o bloco tenha posições mais ofensivas e explore suas vantagens competitivas. A falta de coesão entre as estratégias negociadoras dos países componentes é um ponto negativo que deveria ser atacado.

O segundo painel, que tratou das novas questões que afetam o comércio agrícola, contou com apresentações sobre quatro temas específicos: padrões privados de comércio, biotecnologia, sustentabilidade e sistemas de defesa sanitária.

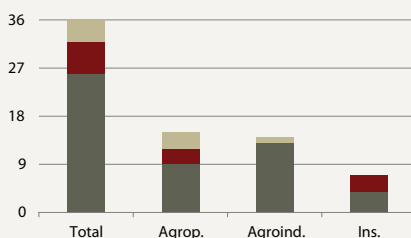
A primeira foi relacionada aos padrões privados de comércio (certificações). O Sr. Ricardo Ponce da Fundacion para Desarrollo Fruticula do Chile (FDF), falou

sobre a rastreabilidade e a certificação de frutas, com base no modelo ChileGAP (Chile Good Agricultural Practices). A FDF, fundada em 1992 por produtores e exportadores de frutas, representa atualmente aproximadamente 75% do volume nacional de exportações de frutas e verduras, e possui como um dos seus pilares de atuação o desenvolvimento de padrões de qualidade para produtos e embalagens, além da rastreabilidade.

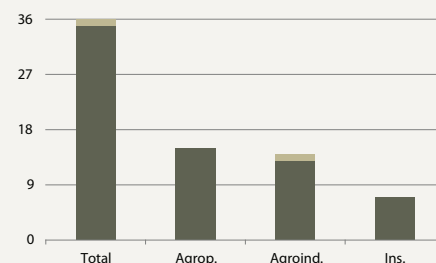
O ChileGAP é um sistema de boas práticas agrícolas que acolhe as regulamentações nacionais e padrões como o USDA-GAP e o GlobalGAP, antigo EurepGAP. Ricardo Ponce apontou que existem diversos modelos de certificações, e que a capacitação nos diferentes elos da cadeia produtiva é essencial quando se busca cumprir com os padrões. A harmonização entre os diferentes modelos e a possibilidade de fazer *benchmarking* é um ponto relevante, que merece ser explorado na medida em que pode facilitar o cumprimento de diversos modelos e facilitar o acesso a mercados.

Resultado da pesquisa com representantes do setor privado do Mercosul: percepção da importância dos seguintes temas (nº de respondentes)

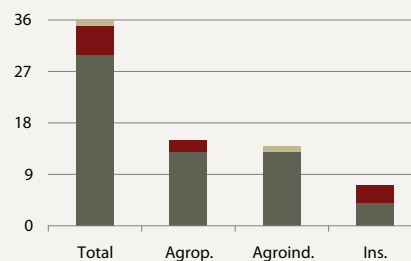
Padrões Privados



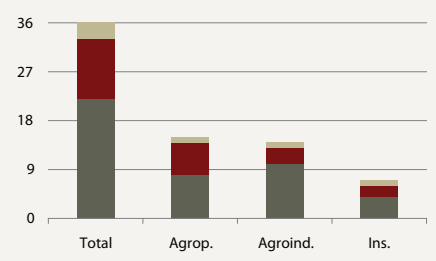
Barreiras Não-Tarifárias



Restrições Ambientais



Padrões Sociais



■ Alta/Média ■ Baixa/Nula ■ n.r.

A segunda apresentação do painel foi feita por Meire Ferreira, Diretora do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), que fez uma apresentação voltada para o objetivo amplo de conciliar as demandas sociais, ambientais e econômicas nas cadeias produtivas. A apresentação salientou a importância do comprometimento das empresas com as questões da sustentabilidade, o que exige cada vez mais, a adoção de boas práticas, a participação em foros que discutem certificações, o diálogo com ONGs ambientais, sociais, bancos dentre outros *stakeholders*.

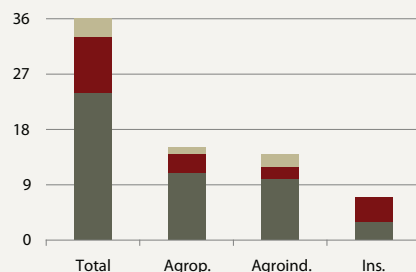
Outro tema apresentado no painel dos novos temas do comércio agrícola foi o estudo *A Comparison of Food Safety and Animal Health Systems in the US, Canada, Australia, the EU, and the UK* feito pelos consultores Ralph Ashmead e Scot Ingledew, da Serecon Consulting. Os consultores salientaram as principais razões que estão na base dos sistemas de saúde animal e segurança dos alimentos. A rastreabilidade, as exigências quanto à garantia de qualidade, os controles de biossegurança, e bem estar animal, são temas essenciais quando se pretende manter e ganhar acesso a novos mercados.

Ainda dentro dos novos temas de comércio internacional, Eduardo Trigo, do Grupo CEO (Argentina) discutiu o tema de Biotecnologia e Acesso a Mercados. Trigo fez uma análise comparativa do setor de transgênicos na Argentina e no Brasil. Na Argentina, destacou os benefícios alcançados com a liberalização do cultivo da primeira variedade de soja tolerante a herbicidas. No Brasil, apresentou uma estimativa de ganhos com a liberalização. Destacou ainda a importância primordial dos investimentos para promover o desenvolvimento do setor da biotecnologia, pois a grande maioria das inovações tecnológicas ainda vem de fora.

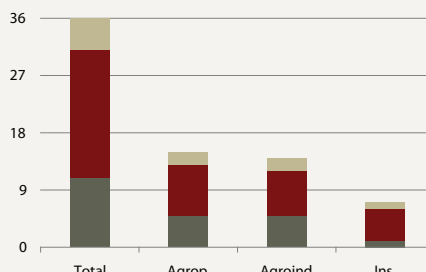
Após a apresentação dos novos temas, André Nassar, Diretor-Geral do Icone, proferiu a apresentação chave do seminário. Na apresentação, André Nassar apresentou os resultados de uma pesquisa feita no setor privado dos quatro países. A pesquisa procurou captar o nível de importância de vários temas que contemplavam tanto temas tradicionais que estavam em negocia-

Resultado da pesquisa com representantes do setor privado do Mercosul: percepção da importância dos seguintes temas (nº de respondentes)

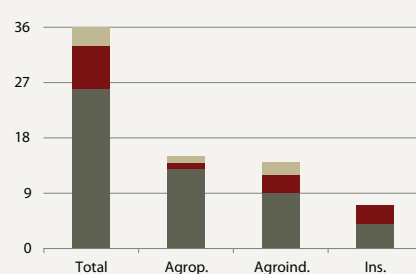
Segurança dos Alimentos



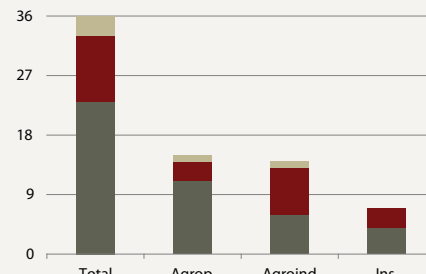
Food Miles



Biotecnologia



Biocombustíveis



Alta/Média Baixa/Nula n.r.

ção na OMC como novos temas relevantes para o comércio internacional.

Em resumo, as conclusões indicam que para o setor privado agrícola do Mercosul o tema de acesso a mercados é essencial. No entanto, ficou claro que apesar da importância da Rodada Doha, muitos problemas permanecerão. As negociações bilaterais seriam uma forma de conseguir benefícios extras, o que é relevante principalmente para os setores agrícolas.

Em relação aos novos temas, conclui-se com a pesquisa que apesar da não-existência de um acordo regulador, o esforço deveria ser para arranjos bilaterais entre os governos dos países, ou até mesmo entre o setor privado e a sociedade civil. Houve ainda, nas perguntas abertas, a captação de preocupações do setor privado em relação a questões domésticas que afetam o comércio. As preocupações estão relacionadas com a integração entre setor privado e governo, além da melhoria de políticas para a exportação.

Ainda dentro deste mesmo painel, Eliana Valéria Covolan Figueiredo, do

Departamento de Assuntos Comerciais, SRI/MAPA, demonstrou como o governo brasileiro analisa as prioridades para as exportações agrícolas e agroindustriais, com vistas a estabelecer estratégias de negociação e aproximação com certos países.

A palestra de encerramento foi feita pelo ex-ministro Luiz Fernando Furlan, que discorreu sobre a interação entre governo e setor privado. A apresentação trouxe uma reflexão crítica sobre a inserção comercial do Mercosul no âmbito internacional, apresentando o novo contexto do comércio agrícola, de alimentos e biocombustíveis. Além disso, outro ponto ressaltado pelo ministro foi a inegável importância do Mercosul na oferta de produtos para o mundo, bem como o papel dos investimentos na integração do agronegócio nos quatro países. ■

As apresentações feitas no seminário e o estudo *A Comparison of Food Safety and Animal Health Systems in the US, Canada, Australia, The EU, and the UK* podem ser encontradas no site do Icone (www.iconebrasil.org.br).

Pecuária de corte

Brasil no mercado mundial

Benedito Rosa do E. Santo*

ESTE ARTIGO analisa o *boom* exportador do Brasil no mercado internacional de carne bovina, entre 2001 a 2007, um período razoável de tempo para avaliar o desempenho desse importante setor da agricultura e da economia nacional.

Capaz de deslocar concorrentes eficientes, apesar do contrapeso que o Custo Brasil ainda representa, a perspectiva da cadeia é distanciar-se ainda mais na sua posição de maior provedor do produto no mercado internacional.

Há um notável progresso em termos de gestão, melhoramento genético, nutrição, sanidade, reprodução e implantação de pastagens com modernas técnicas agromônicas. Existem megaconfinamentos com até 100 mil bois por ano. Na indústria, o processamento cresce em número e capacidade.

Como o mercado mundial atravessou um período com problemas de oferta em países com tradição exportadora, o sistema produtivo brasileiro foi capaz de ocupar essas janelas abertas de oportunidades. Houve ampliação de seu *market share*, vendas de maiores quantidades de cortes de carne mais valorizados e entrada em mercados mais remuneradores.

Dinâmica do mercado

A conjuntura econômica global foi de crescimento no período. A expansão média do PIB mundial foi de 4% ao ano. Ao lado dos EUA, uma das grandes novidades foi o papel de dois novos propulsores da economia mundial: a China e a Índia. Com forte efeito renda, houve um crescimento da demanda, em particular de alimentos. Na Ásia, os cereais perdem es-

paço para as chamadas proteínas nobres, como são classificadas as carnes.

Pelo lado da oferta, não obstante as restrições decorrentes do protecionismo e subsídios à produção agropecuária nos países ricos, a produção brasileira de carne bovina cresceu a uma alta taxa geométrica, da ordem de 4,5%. Quantos países podem exibir um crescimento de quase 40% em apenas seis anos?

Brasil: produção de carne (equivalente carcaça)

Ano	Quantidade
2001	6,9 milhões de t
2007	9,5 milhões de t
Variação	38%

Fonte: Fórum Nacional de Pecuária de Corte

Uma série de razões fez o Brasil e países vizinhos serem os mais beneficiados pela conjuntura favorável do cenário internacional no período analisado, como:

- Disponibilidades de condições edafoclimáticas apropriadas;
- Áreas enormes para pastagens.
- Dificuldades de ordem sanitária nos países concorrentes, em especial a BSE (doença da vaca louca): enquanto na Europa assumiu dimensão de epidemia, nos EUA e no Canadá provocaram estrago no nível de surto.
- Prejuízos com a febre aftosa para os europeus.

Diante do risco sanitário, o mercado mundial se fechou para vários dos concorrentes. A favor do Brasil contaram também o tabelamento de preço no mercado interno e o alto imposto sobre a ex-

portação estabelecidos pelo governo dos Kirchner. Entre 2005 e 2007, os embarques argentinos reduziram-se em 30%. Um recuo de 222 mil toneladas. O rebanho estagnou em 50 milhões de cabeças.

Ademais, também concorreram a limitação na oferta devido às restrições de ordem geográfica do Uruguai, Paraguai e da Nova Zelândia, e as dificuldades com a falta de água na Austrália.

Para o Brasil, a pressão da demanda foi intensa a ponto de induzir uma elevação substancial da taxa de abate de fêmeas, de 22,7% em 2001, para 34,5% em 2007. A extraordinária expansão nas exportações brasileiras não foi maior porque os países produtores de carne bovina continuaram a usar barreiras tarifárias elevadas. Por exemplo, a UE continuou impondo tarifas específicas sobre as compras fora das cotas que variam por toneladas de € 414 \$ 041, além de 12,8%, de tarifa *ad valorem*.

Principais competidores

Embora as transações comerciais com carne bovina sejam intensas em todo o mundo, a produção, as vendas e as compras têm volumes concentrados em relativamente poucos países. Em 2007, de uma produção de 60,4 milhões de toneladas, o mercado internacional movimentou “apenas” 7,6 milhões de toneladas. Apenas os oito países maiores importadores responderam por 90% desse volume.

O Brasil vendeu para mais de 180 países durante o período em questão, porém com participação forte em poucos mercados.

Um aspecto interessante no mercado de carne bovina é o dinamismo de alguns países grandes produtores:

- Os EUA são o maior importador e o quarto exportador, além de ser o maior produtor mundial;
- A UE-27 ocupa a terceira posição como importadora, disputava a quarta colocação com o Canadá, antes dos desastres provocados pela epidemia da BSE e da febre aftosa, e é o terceiro maior produtor.
- Canadá e México também são grandes exportadores e compradores de carne bovina.

Como a abertura comercial não é franca a todos os países potencialmente exportadores, mas sim administrada, isso indica o caminho dos acordos bilaterais, (comerciais e de sanidade), aproveitamento dos acordos multilaterais, além do esforço extra para atender as certificações de entidades privadas.

No que concerne ao potencial de produção em larga escala, um pequeno e privilegiado número de países dispõe de pastagens abundantes e clima propício à bovinocultura, como:

- Os EUA e o Brasil com cerca de 200 milhões de hectares de pastagens;
- A Argentina, com mais de 50 milhões de hectares;
- A Índia, Austrália, e o Paraguai.

Outros países, como a China, também dispõem de enormes áreas de pastagens, mas não conseguem produzir grandes volumes exportáveis, devido ao volume do consumo interno.

Não se pode afirmar que o Brasil seja competitivo em todos os aspectos e elos dessa cadeia produtiva. O chamado Custo Brasil diminui o nível de eficiência nacional pelas seguintes razões:

- Carga tributária acumulada;
- Precariedade do sistema de transportes e serviços portuários;
- Despesa adicional de uma burocracia paralisantes;

As vantagens nacionais são:

- Condições de solo e clima;
- Disponibilidade de terras e mão-de-obra;
- Desenvolvimento tecnológico avançado em termos da biologia animal;
- Engenharia genética, nutrição, agros-

tologia, informática, cruzamento industrial, métodos de gestão, entre outros fatores.

Tudo isso permite ao Brasil produzir 100 quilos de carne com um custo médio aproximado de US\$100, segundo estudos divulgados pelo Cepea/Esalq-USP e pela CNA. Esse mesmo custo é da ordem de US\$ 300 no Canadá, US\$ 350 nos EUA e na Austrália, e em torno de US\$ 450 na maioria dos países da Europa Ocidental.

Há ainda países que são grandes produtores, porém não são competitivos. São obrigados a combinar pastagem natural ou

cultivada com alimentos onerosos à base de cereais e oleaginosas. Nesse modelo, eles recorrem a barreiras tarifárias, sanitárias e burocráticas para conter a concorrência. Os 27 países da União Européia, o Japão, a Coreia, o Chile e tantos outros praticam esse padrão, em alguma medida.

Além do aspecto quantidade, há uma disputa pela venda das modalidades ou tipos de carne mais bem remunerados. A disputa é acirrada, barreiras são levantadas para garantir reservas de mercado. Tradicionalmente, os “cortes traseiros”, preferidos para consumo di-

Mundo: produtores de carne bovina (1.000 t equivalente carcaça)

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Part. em 2007 (%)
EUA	11.983	12.427	12.039	11.261	11.318	11.981	12.096	20,0
Brasil	6.895	7.240	7.385	7.975	8.592	9.020	9.470	15,7
UE-27	8.346	8.397	8.304	8.245	8.090	8.150	8.175	13,5
China	5.503	5.860	6.318	6.773	7.129	7.064	7.494	12,4
Argentina	2.640	2.700	2.800	3.130	3.200	3.100	3.200	5,3
Índia	1.770	1.810	1.960	2.130	2.250	2.375	2.500	4,1
México	1.925	1.930	1.950	2.099	2.125	2.175	2.200	3,6
Australia	2.049	2.089	2.073	2.081	2.102	2.183	2.197	3,6
Rússia	1.760	1.740	1.670	1.590	1.525	1.430	1.370	2,3
Canadá	1.262	1.294	1.184	1.496	1.523	1.391	1.310	2,2
Outros	9.244	9.590	9.662	10.122	10.336	10.565	10.425	17,2
Total	53.377	55.077	55.345	56.902	58.190	59.434	60.437	100,0

Fonte: Elaboração DAC/SRI com dados do USDA, 2008

Mundo: exportadores de carne bovina (1.000 t equivalente carcaça)

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Part. em 2007 (%)
Brasil	741	872	1.162	1.610	1.845	2.084	2.189	28,8
Australia	1.376	1.343	1.241	1.369	1.388	1.430	1.400	18,4
Índia	365	411	432	492	617	681	735	9,7
EUA	1.029	1.110	1.142	209	316	519	649	8,5
Argentina	168	345	382	616	754	552	532	7,0
Nova Zelândia	483	475	548	594	577	530	496	6,5
Canadá	619	657	413	603	596	477	457	6,0
Uruguai	145	225	282	354	417	460	385	5,1
Paraguai	62	80	78	115	180	232	197	2,6
UE-27	610	580	438	363	253	218	139	1,8
Outros	244	321	361	321	348	304	426	5,6
Total	5.842	6.419	6.479	6.646	7.291	7.487	7.605	100,0

Fonte: Elaboração DAC/SRI com dados do USDA, 2008

reto fresco, remuneram melhor. Alguns países compram os corte dianteiros, como a Rússia e Israel. Há as compras de países desenvolvidos para preparar os *fast food* e enlatados em geral. Assim, podem ser bem lucrativos mesmo com preços inferiores aos dos chamados cortes nobres.

A importância do uso da barreira da febre aftosa confunde o circuito comercial restrito de carne bovina selecionada e de padrão sanitário e credibilidade elevados com o nome da doença. Muitos o chamam de “circuito do mercado não-aftoso”, um mercado só para carne oriunda de países que não têm ocorrência de aftosa e não vacinam seus rebanhos. Mas outras zoonoses também contam.

Em consequência, praticam-se preços diferenciados. Enquanto o preço médio da tonelada de carne congelada com osso exportada pelo Brasil em 2007 foi de US\$ 1.334, a Austrália e os EUA conseguiram US\$ 6.804 e US\$ 6.820, respectivamente, por tonelada de carne fresca.

A desvantagem entre os países fica mais nítida quando se comparam as mesmas modalidades de carne. O preço médio da tonelada de carne congelada com e sem osso varia de US\$ 3.000 a US\$ 4.000, respectivamente, para os EUA, a UE e Austrália. Enquanto o Brasil vendeu essas mesmas modalidades por aproximadamente um terço daqueles valores, ou seja, US\$ 1.334 e US\$ 2.342, respectivamente.

A estratégia para entrar nesse circuito passa pela implementação de ações planejadas e coordenadas em múltiplas frentes – tais como acordos bilaterais, que incluem ofertas e condições compensatórias aos parceiros – priorização e aperfeiçoamento do sistema de sanidade animal, e venda da boa imagem do sistema produtivo e do produto.

Definidores da oferta no mercado internacional, os nove países maiores exportadores responderam por 93% do total do comércio mundial do produto, no ano de 2007. Quatro desses grandes atores do mercado estão no Cone Sul.

Em 2007, o Brasil respondeu:



Preço médio das exportações de carne em 2007 (US\$1.000 por tonelada)

	Fresca Com osso	Fresca Desossada	Congelada Com Osso	Congelada Desossada	Processada
Brasil	3.256	6.080	1.334	2.342	3.313
Austrália	6.804	5.935	2.987	2.837	4.584
Estados Unidos	6.820	4.248	4.051	4.055	4.348
União Européia	4.310	3.458	3.441	2.607	2.534

Fonte: elaboração DAC/SRI, com dados do USDA

- Sozinho, por quase 30% do mercado mundial;
- Junto com a Austrália, pela metade do comércio mundial de carne bovina.

A Austrália ocupou a posição de maior exportadora mundial durante muitos anos. Em 2001, o Brasil exportou pouco mais da metade do volume vendido por aquele país. Em 2004, foi ultrapassada pelo Brasil, e em 2007 nossas exportações já corresponderam ao dobro das da Austrália.

Nos EUA, as exportações despencaram após o episódio da BSE. As suas vendas externas oscilavam em torno de 1,1 milhão de toneladas anuais até o ano 2003, quando caíram para apenas 209 mil t. A recuperação de mercados perdidos é lenta. Em 2007, os embarques atingiram 649 mil toneladas, correspondendo a 57% do volume exportado em 2003.

A Índia é um caso à parte. Com o maior rebanho do mundo, a população

não consome carne bovina por motivos filosóficos e religiosos. Mas admite e contribui para que outros povos saboreiem a carne de seus animais sagrados. De 2001 a 2007, a exportação passou de 365 mil toneladas para 735 mil toneladas, ou seja, quase 10% do comércio mundial e a terceira posição de maior exportador. Além dos mercados de países mais próximos, a Índia responde por 83% das compras da Malásia e quase a metade das importações da Arábia Saudita. O sistema de “abate Halal” (realizado segundo os preceitos do Islã) é apenas um dos fatores que impulsionam suas exportações. Outros aspectos positivos são a dimensão do rebanho (280 milhões de cabeças), a genética adaptada e o baixo custo de sua produção. ■

* Diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA.

Renda na agricultura I

Como cresce a produção

Abag

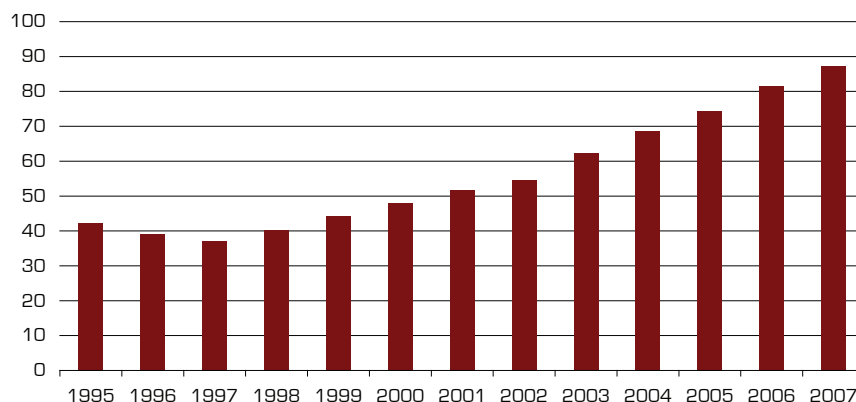
NOS ÚLTIMOS 15 anos, a agricultura fez vultosos investimentos em capital fundiário (terras e máquinas) e aprimorou seu processo tecnológico (insumos) para ganhar produtividade. O resultado foi um notável crescimento em termos de produção, mas que não se traduziu em capitalização do setor. A dependência de capital de terceiros sempre foi alta, mesmo nos anos de melhores resultados econômico e financeiro.

Na segunda metade dos anos 90, dois fatos contribuíram para o crescimento da agricultura:

1. A renegociação e prorrogação das dívidas rurais para pagamentos a longo prazo (Securitização, Pesca e Recoop), uma compensação das grandes perdas da agricultura no ajuste do Plano Real e dos programas anteriores de congelamento de preços e salários.
2. A Lei Complementar nº 87, de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, que ao isentar a cobrança de ICMS nos produtos exportados, estimulou a expansão da soja para o Centro-Oeste.

Por sua vez, na virada do século, as doenças como aftosa e vaca louca na Euro-

Evolução da dívida rural (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

pa e nos Estados Unidos, as importações crescentes de alimentos feitas pela China, e o câmbio favorável, dentre outros motivos, possibilitaram a arrancada sem precedentes das exportações dos produtos do agronegócio brasileiro.

Enquanto em março de 2000 é lançado o Moderfrota, para reverter o estado de sucateamento da mecanização do campo, em 2001 é completada a segunda negociação das dívidas apuradas na Securitização, Pesa e Recoop.

Com isso, houve uma revitalização financeira do setor.

Até a safra 2004/05, quando a área plantada de grãos foi recorde, a fase era expansionista. A comercialização de grãos e carnes cresceu voltada para o comércio exterior. Mas, sem infraestrutura adequada de armazenamento, transporte e portos, além da falta de políticas de gerenciamento de risco (seguro e contrato futuro), a vulnerabilidade era iminente.

Brasil: evolução da produção de grãos e carnes

Especificação	Unidade	1992/93 (a)	1997/98 (b)	Var.% (b)/(a)	2002/03 (c)	Var.% (c)/(b)	2007/08 (d)	Var.% (d)/(c)
Produção de Grãos	milhões t	68,2	83,0	21,70	122,9	48,07	141,0	14,73
Área de Grãos	milhões ha	35,6	36,6	2,80	43,9	19,94	47,1	7,29
Aves*	mil t	3.144	4.853	54,36	7.645	57,53	11.129	45,57
Bovinos*	mil t	5.005	6.040	20,67	7.645	26,58	10.382	35,80
Suínos*	mil t	1.230	1.650	34,15	2.698	63,51	3.005	11,38

Fonte: Conab

* ano civil. 2008 (estimativa)

Na safra 2004/05, a renda da agricultura foi afetada de forma negativa, sobretudo pela:

1. Grande estiagem afligida na Região Centro-Sul, que frustrou a produção de milhares de produtores;
2. Valorização do câmbio e o recuo dos preços das *commodities* no mercado internacional, com a grande safra norte-americana.

Desde então, surgiram uma série de problemas no campo, seja de natureza estrutural, como conjuntural. Uma parte da agricultura ficou completamente insolvente. As dívidas recentes, tomadas entre 2000 e 2004, acumularam-se às aquelas negociadas nos anos 90.

A safra 2005/06 foi de pesado ajuste, com redução do padrão tecnológico e menor uso de insumos. Por sua vez, o câmbio novamente continuava em processo de valorização durante o ciclo de produção, e o agricultor plantava os insumos com o dólar mais caro em reais e vendia o produto com o dólar mais barato em reais.

Nesse curto período, o perfil de financiamento da agricultura passou por mudanças. Os recursos da exigibilidade não significavam novos aportes de crédito, pois eram usados nas renovações dos empréstimos não quitados. Para cobrir essa falta, diante da boa liquidez do mercado internacional, as empresas de insumos e as *trading*s passaram a financiar a produção.

Nas safras 2006/07 e 2007/08, a renda da agropecuária teve uma tênue recuperação, porém bem longe de compensar as perdas de 2004/05 e as dívidas anteriores. Intensificava-se o movimento para uma terceira renegociação da dívida rural.

Do quarto trimestre de 2006 até julho deste ano, a busca dos *hedge funds* por ativos reais, a febre do etanol nos Estados Unidos e a demanda aquecida dos países asiáticos, alimentam uma intensa onda especulativa nas *commodities* em geral. Nas principais *commodities* agrícolas, como milho, soja e trigo, os preços bateram nos mais altos patamares na Bolsa de Chicago. ■

Renda na agricultura II

Propostas e alternativa

Abag

A PARTIR de agosto último, o país passou a assombrar os mercados mundiais. A disponibilidade de crédito ficou mais apertada. As Bolsas entraram em queda, assim como as cotações das *commodities*, inclusive as agrícolas. Para a safra 2008/09, a expectativa de vendas maiores de insumos e aumento na área plantada de grãos deixou de existir no Brasil.

O grande desafio está na garantia de renda na comercialização da colheita, a partir de fevereiro do próximo ano. Em condições normais, a produção estará em tamanho condizente com um menor desempenho previsto para a economia brasileira e mundial. Por isso, as disponibilidades de recursos e de ações emergenciais são prioritárias.

A agricultura precisa de políticas públicas, que levem em conta a sua inserção e importância nas cadeias produtivas.

É necessário quebrar o círculo vicioso entre crédito e débito, com uma revisão da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural.

Como depende do montante do depósito à vista, que varia ao sabor da política monetária, a exigibilidade sempre funcionou como quota na distribuição e aplicação do crédito. Por isso, não consegue ser uma fonte sustentável e suficiente de recurso. Agora, em 2008, a retirada da Contribuição Provisória sobre Movimen-

tação Financeira (CPMF), junto com o aumento da Selic, deixou clara a vulnerabilidade do instrumento, pois enquanto os depósitos à vista iam para as aplicações, o crédito rural sofria encolhimento em sua principal fonte de suprimento.

Os subsídios diretos concedidos pelo Tesouro Nacional à agricultura entre 2000 e 2006 foram da ordem de R\$ 20,9 bilhões. O questionamento está na aplicação mais racional e inteligente destes recursos.

Pensando no futuro, o Brasil deve buscar a concepção de um modelo mais adequado à realidade presente. Existem demandas externas para serem introduzidas. Como signatário de importantes acordos internacionais, o Brasil precisa estar preparado para cumpri-los e discuti-los.

Faltam arranjos institucionais entre os ministérios e órgãos para integrar e consolidar políticas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio nacional.

Em 2006, a Abag selecionou e apresentou sugestões para 15 pontos estratégicos do agronegócio brasileiro, a saber:

1. Dotação Orçamentária do MAPA;
2. Crédito e Endividamento Rural;
3. Seguro Rural;
4. Tributação;
5. Parceria Público-Privada e Custo Brasil;
6. Segurança Fundiária;
7. Marketing e Venda de Produtos;
8. Contratos nas Cadeias Produtivas;
9. Negociação Internacional;
10. Normas e Certificações;
11. Sustentabilidade;
12. Defesa Sanitária e Pesquisa;
13. Desenvolvimento e Inovação;
14. Agroenergia;
15. Montagem Institucional.

A surpresa, com uma dose forte de decepção, está na constatação frustrante da ausência de qualquer sinal de avanço na

Subsídios diretos à agricultura (2000 a 2006)

Item	Valor (R\$ bilhões)
Comercialização, equalização de juros e seguro obrigatório (Proagro)	10,6
Prorrogação da dívida rural	10,3
Total	20,9

Fonte: Banco do Brasil

Propostas de ação para o governo

1. Reavaliação e Liberação das Garantias em Novas Operações - nas operações antigas da Securitização, Pesa e Recoop, a totalidade dos bens dados em garantia continuam penhorados.
2. Recursos para o Crédito de Custeio - Compensar a demanda não atendida, com a retirada das tradings e empresas de insumo na concessão do crédito; - Reduzir a zero o IOF.
3. Recursos para a Comercialização da Safra: - Montante suficiente para viabilizar o escoamento, especialmente, para o trigo e milho, através dos instrumentos: PEP, Contrato de Opção e EGF.
4. Correção dos Preços Mínimos - Os preços mínimos estabelecidos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) não cobrem os custos operacionais de produção.
5. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) - Subvenção na venda do produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor de prêmio equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação de ICMS vigente em cada estado da Federação. - O valor de referência deve ser o custo operacional de produção nas regiões de fronteira agrícola, pois tendem a apresentar menores preços de venda e maiores custos de produção.
6. Recursos para Exportação - Garantir recursos e prazos competitivos para ACCs; - Avaliar posições tomadas com moedas estrangeiras.
7. Subvenção ao Prêmio de Opção - Risco máximo é o valor do prêmio pago no momento da compra do contrato; - Não há necessidade de ajustes diários e da margem de garantia do contrato.
8. Modernização da Infra-estrutura agrícola - Ampliação de prazo e carência, com redução de juro no Moderinfra.
9. Reforma Tributária - Imposto zero nos alimentos; - Desoneração dos produtos exportados; - Revisão da Lei Kandir.
10. Seguro Rural - Revisão nos índices de produtividade e na taxa de cobertura; - Ampliação da subvenção parcial do prêmio; - Regulamentação do Fundo de Catástrofe.

maioria desses pontos. Em alguns deles, houve até regressão. Sem um mínimo de consenso entre as lideranças políticas e setoriais, não se logrará montar uma comunicação eficiente com a sociedade.

A expansão da agricultura ocorre a céu aberto. Carece de instrumentos sinalizadores para evitar a canibalização dos mercados. Não se usam os zoneamentos econômicos ecológicos como instrumentos para uma ocupação mais equilibrada das áreas. Inexiste complementação da política de preços mínimos e o seguro rural. É necessário mirar em alguns exemplos bem sucedidos da PAC, na Europa, e na Farm Bill, dos Estados Unidos.

O desenvolvimento dos biocombustíveis deve ser buscado com a visão global de contribuir para a construção de matriz energética mais limpa e renovável, mitigar as emissões dos gases de efeito estufa e servir de alternativa de renda para a agricultura, principalmente nos países não desenvolvidos.

A Abag se coloca à disposição para construir uma agenda positiva para o agronegócio nacional, com os olhos voltados no futuro, em prol do fortalecimento de cada um dos seus elos da cadeia produtiva. ■

Associação Brasileira de Agribusiness
(www.abag.com.br)

Ainda sobre a crise

da Redação da Agroanalysis

O novo modelo do agronegócio tem tudo para ser implantado, principalmente em função da redução do crédito trazida pela crise.

Esta começa a mostrar sua garras mais fortes em pelo menos três setores: imobiliário, automotivo e agro-energia. Os três setores estavam trabalhando em velocidade máxima, principalmente o setor de etanol, com muita euforia e alta alavancagem.

Já são visíveis a redução dos lançamentos imobiliários, o aumento do estoques de veículos nos pátios e o freio de mão puxado na instalação de novas usinas e destilarias. Com certeza, no último setor o grau de concentração será grande. Nada de novo, se pensarmos nas ondas históricas de investimento. Muitos investidores entram mas ficam somente aqueles do ramo. As demissões em outros setores também já estão todos os dias nos jornais. O tamanho exato da encrenca irá depender da eficácia do governo em conduzir adequadamente sua política anticíclica. Por enquanto, imaginar um crescimento de PIB superior a 2,5% em 2.009 é um ato de coragem.

O dólar deve parar em um patamar menor que o atual, como vimos falando até agora, mas seguramente acima dos 2 reais. Continuamos acreditando que o preço dos grãos continuará a sofrer menos que as demais *commodities*. Mas, como temos repetido, a hora é de jogar na defesa. Vender a futuro, garantindo receita.

O governo deve utilizar com inteligência os instrumentos de política fiscal, investindo, mas sem aumentar gastos correntes. Neste momento, uma política fiscal inteligente é mais eficaz do que a política monetária.

Não custa lembrar que, neste hora, quem tem liquidez vira rei. Talvez para alguns esperar a hora certa para comprar algum ativo, que esteja procurando... por exemplo, uma área de terra. Mas... calma, ainda não chegou a hora.

ESPECIAL

**O alcance da legislação ambiental e territorial
Mudanças climáticas e agricultura**

INTRODUÇÃO

Em um país de grande extensão territorial como o Brasil, a impressão geral é de que há terra disponível em abundância para a produção de alimentos, de energia, ou mesmo para o crescimento das cidades.

Não é verdade. Um estudo realizado por pesquisadores e analistas da Embrapa avaliou o alcance territorial de medidas que destinam áreas à proteção ambiental ou ao uso exclusivo de populações minoritárias. Sua conclusão contraria o que parecia incontestável. O Brasil, em termos legais, possui menos disponibilidade de áreas do que se imagina para ocupação econômica urbana, industrial e agrícola. É esse o tema da matéria *O Alcance da Legislação Ambiental e Territorial*, publicado nas próximas páginas e assinado pelos investigadores envolvidos no trabalho.

Outro estudo – assim como o anterior apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Agribusiness, promovido pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) em agosto último – trata de tema que vem ocupando espaço na mídia nacional e internacional e em fóruns mundiais voltados a discussões ou decisões de caráter econômico ou ambiental: as mudanças climáticas. Neste caso, os cenários de aumento global da temperatura são considerados sob a perspectiva dos seus impactos sobre culturas agrícolas de destaque no agronegócio brasileiro.

O estudo, coordenado por pesquisadores da Embrapa e da Unicamp, realizado com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil, e traduzido no texto *Mudanças Climáticas na Agricultura*, também aqui publicado, se reconhece reflexos negativos das mudanças climáticas sobre a agricultura brasileira, também aponta caminhos para driblar a vulnerabilidade do setor. Esses caminhos passam, obrigatoriamente, pela continuidade dos investimentos em pesquisa agropecuária.

Ambos os textos nos colocam diante do desafio de observarmos a realidade sob novos olhares.

O ALCANCE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Evaristo Eduardo de Miranda¹

Osvaldo Tadatomo Oshiro²

Daniel de Castro Victoria³

Fabio Enrique Torresan⁴

Carlos Alberto de Carvalho⁵

1. Introdução

Qual a disponibilidade de terras para ampliar a produção de alimentos e energia para a reforma agrária, para o crescimento das cidades e a instalação de obras de infra-estrutura no Brasil? Para o cidadão comum, o País tem muita área disponível. Na realidade, não. Segundo pesquisa realizada pela Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas-SP), a rigor, em termos legais, apenas 7% do bioma Amazônia e 33% do País seriam passíveis de ocupação econômica urbana, industrial e agrícola. Talvez menos.

Nos últimos 15 anos, um número significativo de áreas foram destinadas à proteção ambiental e ao uso territorial exclusivo de populações minoritárias. Parte dessas iniciativas legais foi feita sem o conhecimento de seu real alcance territorial. A pesquisa avaliou, pela primeira vez, o alcance territorial dessa legislação em todo o país. Existe uma distância crescente entre legitimidade e legalidade no uso e ocupação das terras e os processos em curso apontam para um agravamento dos conflitos no futuro.

2. As áreas protegidas pela legislação ambiental e indigenista

Em primeiro lugar, a pesquisa mapeou e quantificou o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista com base em dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional do Índio (Funai). A pesquisa considerou todas as Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais criadas até junho de 2008. O inventário inclui tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável, onde é permitido o extrativismo, sem remoção da cobertura vegetal. Por questões de ausência de dados disponíveis, não foram incluídas UCs municipais, Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), áreas militares ou outros tipos de unidades de ocupação restrita. Diante da ausência desses dados, o resultado final ainda subestima a extensão total das áreas protegidas.

As UCs e TIs somam cerca de 1.950.000 km², ou 46% do bioma Amazônia. No país, elas totalizam hoje cerca de 2.294.000 km², ou



seja, pelo menos 27% do Brasil. Na Amazônia, as áreas protegidas já representam mais da metade dos estados do Pará (55%), Amapá (54,5%) e de Roraima (52%). Em termos de valores absolutos, as maiores áreas estão no Amazonas (750.482 km²) e no Pará (683.123 km²) e as menores no Rio Grande do Norte (16 km²) e em Sergipe (201 km²). As figuras 1 e 2 ilustram a repartição territorial das terras indígenas e das unidades de conservação federais e estaduais na Amazônia Legal e no Brasil.

FIGURA 1. TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

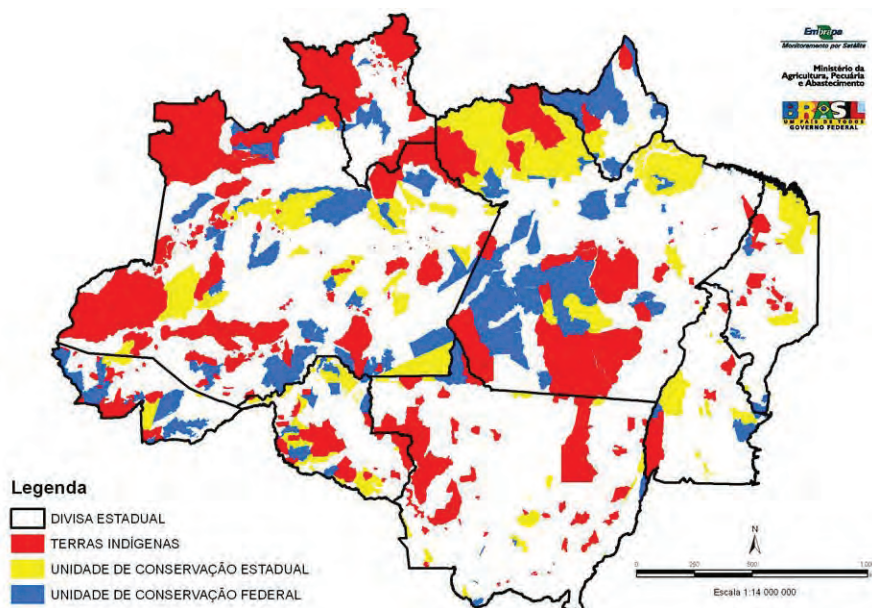
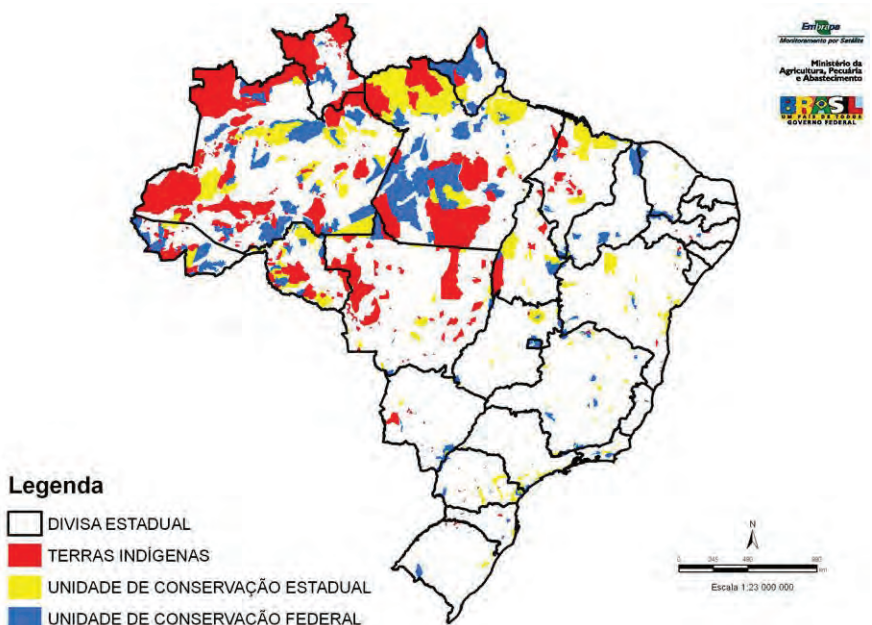


FIGURA 2. TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL



3. Reserva Legal: uma primeira aproximação das terras disponíveis

Sobre o remanescente de terras disponíveis de 2.248.000 km² no bioma Amazônia e de 6.200.000 km² em todo Brasil incidem diversas restrições de uso e exigências de preservação ambiental. No caso de uso agrícola, uma primeira aproximação foi realizada quanto ao instituto da “reserva legal”. A Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, deu nova

redação à Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal) e prevê, no mínimo, 80% da área florestal da propriedade rural mantida intocada a título de reserva legal no bioma Amazônia e porcentagens variando de 20 a 50% em outros biomas.

Aplicado às superfícies disponíveis, sem descontar as áreas protegidas a título de Áreas de Preservação Permanente (APPs), esse dispositivo abrangeria cerca de 1.800.000 km² de terras no bioma Amazônia. Restariam 10,7% das terras passíveis de ocupação agrícola intensiva “legalizada”.

Em todo o Brasil, a extensão da reserva legal abrangeria cerca de 2.800.000 km², uma área superior aos 2.294.000 km² já destinados a UCs e TIs. Juntas, as duas categorias, áreas protegidas e destinadas à reserva legal, somariam mais de 5.000.000 km². Em outras palavras, 60% do País estariam destinados à preservação ambiental, ao extrativismo e às áreas indígenas.

A disponibilidade de terras para uso agrícola mais intensivo, no respeito estrito à legislação ambiental, é de 9% no Pará e Amapá; 9,5% em Roraima; 10,6% no Acre e Amazonas e 10,8% de Rondônia. Cerca de 90% ou mais das terras desses estados estão destinadas à preservação ambiental ou às áreas indígenas. Na realidade, em todos esses estados a ocupação humana já é bem maior que essa porcentagem teoricamente disponível. Ainda nesse cenário, estados do Nordeste com pequena extensão territorial – como Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte – apresentariam a maior disponibilidade relativa de terras do País com cerca de 79%.

Contudo, a disponibilidade efetiva de terras em todos esses casos é ainda menor, uma vez que, antes de se calcular a reserva legal, é necessário excluir as áreas protegidas a título de Áreas de Preservação Permanente (APPs), objeto de legislação cir-

cunsciada, não contabilizadas como parte da reserva legal, e cuja estimativa de extensão territorial em todo o Brasil foi realizada pela primeira vez nesta pesquisa.

4. A exclusão das Áreas de Preservação Permanente

A pesquisa da Embrapa considerou parte das duas principais categorias de Áreas de Preservação Permanente (APPs): as associadas ao relevo e à hidrografia. Não foram consideradas, nem excluídas, as APPs associadas a feições litorâneas, deltas, mangues, restingas, dunas, nascentes, locais de reprodução da fauna, linhas de cumeada e outras categorias previstas em resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Aqui também, como nas áreas protegidas, os cálculos estão subestimados.

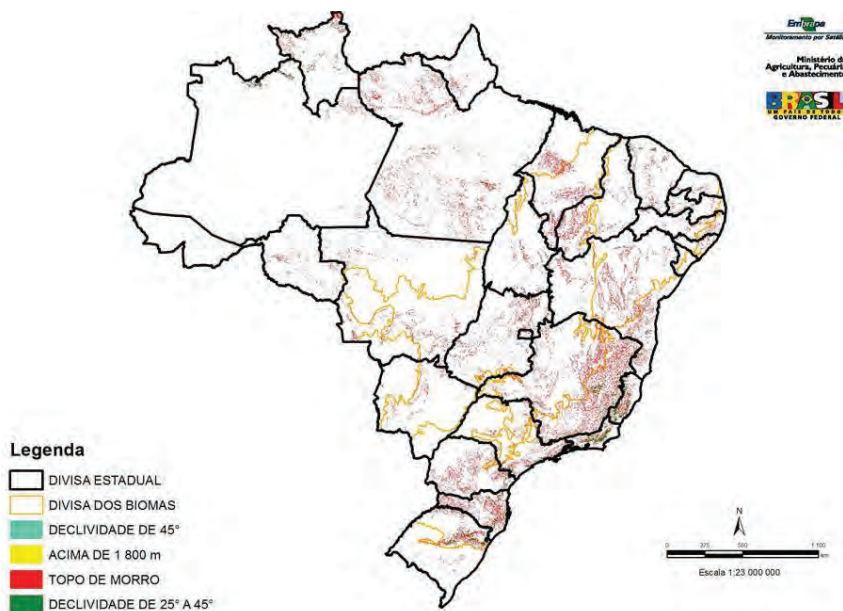
4.1. APPs associadas ao relevo

As APPs associadas ao relevo foram obtidas e mapeadas a partir de modelos matemáticos específicos, com base em informações com 90 mega de resolução espacial da missão orbital do *Shuttle Radar Topographic Mission* – SRTM da Agência Espacial Americana (Nasa). Foram calculadas as áreas situadas acima de 1.800 metros de altitude, os topos de morro, as declividades entre 25° e 45° e acima de 45°, aplicando em todo o território nacional as resoluções do Conama, num mapeamento compatível com a escala 1:250.000. Diversas feições não foram consideradas ou não eram identificáveis (linhas de cumeada, muitas declividades acima de 45°, bordas e bases de chapadas).

O total mapeado foi de cerca de 104.500 km² no bioma Amazônia (2,5%) e de 418.500 km² no Brasil (5%). No bioma Mata Atlântica, com as maiores densidades de população e atividades econômicas do Brasil, as APPs de relevo representam 14%. Essas áreas abrangem 23% do Rio de Janeiro, 14% de Minas Gerais, 21% de Santa Catarina e 22,5% do Espírito Santo. Grande parte da produção de café em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo estão “ilegalmente” nessas áreas. O mesmo ocorre com a vitivinicultura no Rio Grande do Sul, com a produção de maçã em Santa Catarina, com as olerícolas no Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a pecuária leiteira e silvicultura na Serra da Mantiqueira e em outras áreas acidentadas do Brasil.

Parte das APPs associadas ao relevo ocorre dentro de áreas protegidas. Essas sobreposições foram calculadas, caso a caso, através de um complexo geoprocessamento. Descontadas, o resultado final da disponibilidade de terras para uso agrícola foi reduzido em 52,75% no bioma Amazônia e em 69,34% em todo o Brasil.

FIGURA 3. REPARTIÇÃO DAS APPs DE RELEVO NO BRASIL



4.2. APPs associadas à hidrografia

Existem três grandes dificuldades para mapear e quantificar as áreas de preservação permanente vinculadas à hidrografia.

A primeira é a inexistência de mapeamento homogêneo e detalhado da rede hidrográfica do Brasil, principalmente na Amazônia. O cálculo utilizou dados da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados fundamentalmente no traçado dos maiores rios. Uma infinidade de cursos d'água menores não foi considerada por não estar representada nos mapas, principalmente em vastas regiões que apresentam altos padrões de ramificações como na Amazônia, Nordeste e grande parte da Mata Atlântica.

A segunda dificuldade é a Resolução 303/2002 do Conama, que estabelece como área ocupada pelo rio para cálculo de sua largura não o leito inundado de forma permanente, mas a faixa inundável “a partir do nível mais alto”, que é definido pela mesma resolução como o “nível alcançado por ocasião da cheia sazonal do curso d'água perene ou intermitente”. O Rio Amazonas, por exemplo, sobe em média mais de 16 metros e transborda em média cerca de 80 km de cada lado nas cheias. Esse dado cartográfico é absolutamente indisponível. Ele depende de eventuais simulações hidrológicas considerando a topografia para ter-se alguma avaliação cartográfica mais precisa.

A terceira dificuldade é o ajuste das faixas marginais, caso a caso. Pela legislação ambiental, a essa área inundável deve-se agregar uma faixa marginal variável de 30 a 500 m de cada lado, em função da largura da área da cheia máxima, também considerada como APP. Isso implicaria dispor de uma base de dados capaz de estabelecer, de forma precisa, essas diversas ca-

tegorias para todos os segmentos dos cursos d'água, já que a largura pode ser variável ao longo do trajeto. Além disso, a legislação prevê a existência das faixas de APPs no entorno de outros objetos como nascentes, lagos, lagoas, açudes, represas e barragens, cuja cartografia também não existe e necessitaria de levantamentos adicionais.

Contudo, uma avaliação parcial das áreas inundadas na Bacia Amazônica foi obtida a partir de mapeamento realizado pelo Projeto de Grande Escala da Biosfera–Atmosfera da Amazônia – LBA (*Land, Biosphere and Atmosphere Experiment*), com base em imagens do radar orbital japonês Jers para a Bacia do Amazonas. Ficaram de fora o Araguaia e o Tocantins, assim como todos os rios do Amapá e Pará que deságuam diretamente no Atlântico. No caso da Bacia do Amazonas, as áreas recobertas por água representaram cerca de 478.000 km². Agregando-se as áreas inundáveis do Amapá mapeadas pelo Ibama ultrapassa-se os 500.000 km². Ainda não se trata da área ocupada “a partir do nível mais alto” como prevê a legislação ambiental. Em que pese sua extensão, a superposição dessas áreas inundáveis com as áreas protegidas na Amazônia é relativamente baixa. Somadas às áreas protegidas e às APPs de relevo, essa primeira dimensão das APPs associadas à hidrografia totaliza 54,33% do bioma Amazônia. Ainda falta mapear e calcular as áreas inundáveis das Bacias do Araguaia e

do Tocantins no caso do bioma Amazônia, e de todo o resto da rede hidrográfica nacional para se ter uma boa estimativa das áreas inundáveis. Mas os maiores valores das APPs de hidrografia resultam das áreas ocupadas pelos rios e das faixas marginais associadas.

Na primeira fase do trabalho, as áreas totais das APPs associadas à hidrografia, foram estimadas em 1.388.000 km² no bioma Amazônia (33%) e 1.845.000 km² no Brasil (22%). Ficaram de fora dessas estimativas as APPs dos 70.000 açudes e barragens do Nordeste e os das demais regiões do País, assim como as nascentes, a rede hidrográfica de pequeno porte, áreas úmidas e outros ambientes lacustres e palustres (relativo a pântano). Nessas APPs encontram-se “ilegalmente” os arrozaes do Rio Grande do Sul ao Maranhão, além de povoados, ribeirinhos, portos, agricultura de várzea e vazante, pastagens, projetos de irrigação, criação de bubalinos e diversas atividades modernas e tradicionais em todo Brasil. No caso do bioma Pantanal, a totalidade de sua área, por definição, deve ser considerada como APP.

5. Superposições espaciais entre áreas protegidas e APPs

Existem superposições de limites entre UCs e TIs e entre elas e as diversas categorias de APPs. Um sistema de informações geográficas buscou estimá-las, caso a caso. O refinamento dos



procedimentos de geoprocessamento para esse tipo de cálculo é contínuo pois são extremamente complexos e pesados. Descontadas as superposições com as APPs, restou como área disponível para ocupação “legal” no bioma Amazônia cerca de 1.455.000 km² (35%). Os outros 65% estão destinados às UCs, TIs e APPs. No Brasil, APPs e áreas protegidas ocupam 4.748.000 km², cerca de 56% do território nacional. Contudo, legalmente, sobre essa primeira disponibilidade virtual de terras, deve-se aplicar as taxas destinadas à reserva legal, segundo sua localização em cada bioma.

6. Alcance e a dimensão territorial da reserva legal

No bioma Amazônia, a área total a ser destinada à reserva legal seria da ordem de 1.165.000 km², cerca de 28%. O conjunto do alcance das legislações ambientais e territoriais (áreas protegidas + APPs + reserva legal) levam a uma restrição legal de uso das terras sobre mais de 93% do bioma Amazônia, colocando na ilegalidade grande parte das atividades econômicas regionais. Ou seja, dos 4.240.605 km² do bioma Amazônia, menos de 7%, cerca de 291.000 km², estariam legalmente disponíveis para uma ocupação intensiva agrícola. Para um uso intensivo, o Pará, por exemplo, dos seus cerca de 1.236.000 km², dispõe legalmente de menos de 70.000 km², cerca de 5,5% de seu território; os outros 94,5% estão sob o alcance da legislação ambiental e territorial. O Amapá e Roraima dispõem de menos de 6% e o Amazonas, o Acre e Rondônia na faixa dos 7%.

No País, isso representa uma “reserva legal” teórica de cerca de 1.900.000 km², um pouco mais de 22% do território nacional. A área disponível para ocupação no Brasil é, então, de cerca de 2.800.000 km², o que corresponde hoje à área já ocupada apenas por pastagens. O alcance da legislação ambiental e territorial é de, pelo menos, 67% do Brasil.

7. O agravamento dos conflitos territoriais

Compatibilizar o uso e a ocupação atual das terras e o alcance da legislação ambiental e indigenista são, talvez, o trabalho de ordenamento territorial de uma geração. O problema é que a demanda por áreas vai continuar por parte dos mais diversos setores, segmentos e grupos de interesse da sociedade brasileira.

7.1. Demandas ambientalistas

Do lado ambiental existem propostas de criação de novas UCs. Isso é apontado de forma inequívoca, pelo Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade concluído em 2000, depois de dois anos de pesquisas e consultas coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o apoio de ONGs nacionais e internacionais. Em 2003, a publicação foi lançada pelo governo e, em 2004, foi referendada pelo Decreto Presidencial nº 5.092, ganhando *status* de marco legal indicativo para políticas públicas relativas à implantação de Unidades de Conservação (UCs), licenciamento ambiental, manejo de recursos naturais,

planejamento e realização de obras de infra-estrutura. Em 2005, uma nova revisão do mapa foi promovida pelo MMA.

A distribuição dessas áreas consideradas como de alta, muito alta e extremamente alta prioridades para conservação da biodiversidade na Amazônia e no Brasil pode ser observada na figura 5, e somam mais de 3.000.000 de km² ou 36% do Brasil. Elas representam de 60 a 70% dos estados de Alagoas, Sergipe, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais, Santa Catarina e do Espírito Santo. O Corredor Ecológico Araguaia – Bananal, por exemplo, abrange 10 milhões de hectares de Goiás, do Tocantins, de Mato Grosso e do Pará.

Quando essas áreas prioritárias para a conservação são totalizadas num único mapa nos casos da Amazônia e do Brasil é possível confrontá-las com a consolidação das áreas protegidas já existentes. Com exceção da Ilha do Marajó, as áreas propostas inserem-se quase que totalmente nos vazios deixados pelas áreas protegidas já existentes.

Caso essa demanda seja atendida no sentido de criação de mais unidades de conservação de diversas categorias ou de outras formas de ocupação e restauração ambiental, como corredores ecológicos e usos que não prevêem a erradicação da vegetação natural, o conjunto – somado às áreas protegidas existentes e descontadas as superposições – ocuparia cerca de 5.222.000 km², ou 61% do território nacional, sem contar as APPs e a reserva legal que incidiriam sobre o restante.

7.2. Demandas indigenistas, quilombolas e agrárias

Assim como existe demanda por mais áreas da parte ambiental, também há propostas de criação e ampliação de terras indígenas. Segundo a Funai, além das 488 terras indígenas aqui consideradas, outras 123 ainda estão por serem identificadas, não havendo estimativa de suas áreas. Além disso, a Funai registra várias referências “a terras presumivelmente ocupadas por índios e que estão por ser pesquisadas.”

Soma-se a essas expectativas, toda a demanda recente de áreas a serem destinadas a quilombolas. Segundo a Fundação Cultural Palmares existem 1.170 comunidades registradas, num total de cerca de 3 mil mapeadas. A área reivindicada tem sido estimada em 250.000 km².

Enfim, existe a necessidade crônica de terras para assentamentos rurais, regularização fundiária, colonização e reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, superiores a 700.000 km².

Se essas demandas forem quantificadas e devidamente cartografadas é provável que a soma ultrapasse as dimensões do território nacional, sem considerar a ocupação já existente.

Ao mesmo tempo, a expansão das fronteiras econômicas prossegue e será ampliada pelas demandas crescentes das cidades, pela expansão da agricultura vertical e horizontal (no mínimo, em termos de logística) da agricultura para a agroenergia e a produção de alimentos, pela integração rodoviária

FIGURA 4. ÁREAS PARA CONSERVAÇÃO NO BRASIL

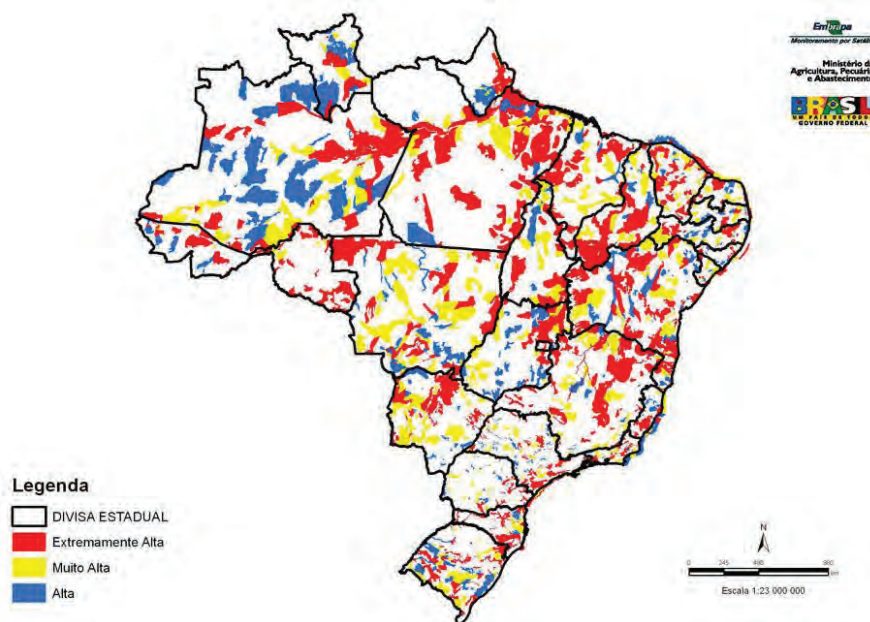
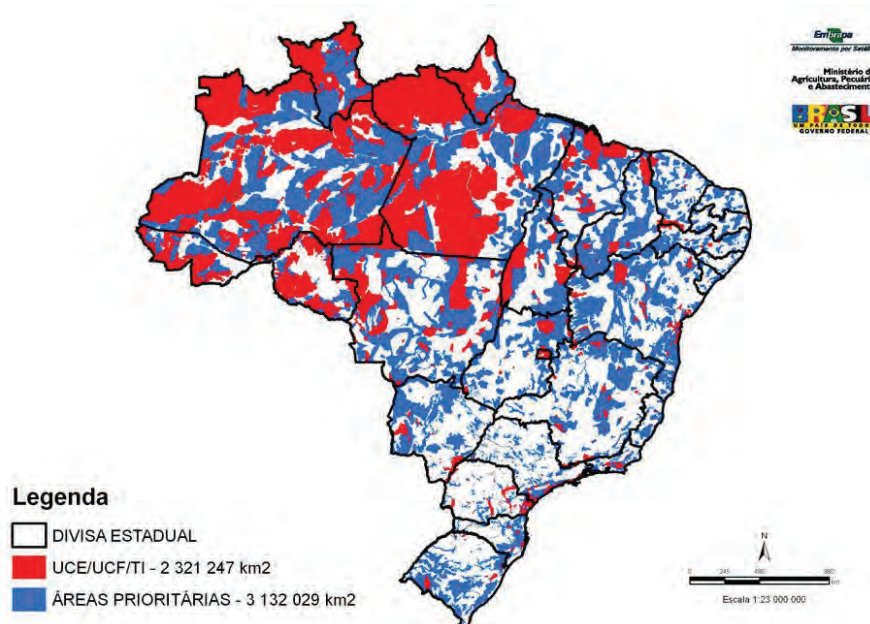


FIGURA 5. ÁREAS PROTEGIDAS E PARA CONSERVAÇÃO NO BRASIL



e energética com países vizinhos e pela implementação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC do governo federal.

8. Conclusões

Embora as várias leis, os decretos e as resoluções e iniciativas visassem à proteção ambiental, elas não contemplaram as realidades sócio-econômicas existentes, nem a história da

ocupação do Brasil. Os resultados da primeira fase da pesquisa da Embrapa são inequívocos: para respeitar a legislação ambiental e territorial em vigor, em menos 7% da área do bioma Amazônia deveriam estar capitais, cidades e vilarejos, áreas de agricultura, indústrias, todas as obras de infra-estrutura, incluindo as do PAC, e boa parte de seus 25 milhões de habitantes. A área disponível para ocupação agrícola “legalizada” no Brasil é de cerca de 2.800.000 km², o equivalente à área já ocupada apenas pelas pastagens. O alcance da legislação ambiental e territorial é de, pelo menos, 67% do Brasil. A continuidade deste trabalho deverá certamente tornar mais preciso o cálculo e ampliar a área das APPs.

Tem sido absolutamente insuficiente a eventual busca de compatibilização do alcance territorial da legislação ambiental com outras demandas territoriais – dos indígenas ou quilombolas, com programas sociais de assentamentos e reforma agrária – com o crescimento da economia agrícola, urbana, industrial e energético-mineradora.

O impasse entre legalidade e legitimidade no uso e ocupação das terras deve agravar-se ante as demandas e expectativas por mais terras por parte de ambientalistas, indigenistas, movimentos sociais, agricultores etc. Questões de governança territorial e impasses na gestão desses conflitos já chegaram ao Supremo Tribunal Federal.

Para o ordenamento territorial, a impressão é de que o Brasil acabou. A prosseguir os atuais alcance e desencontros da legislação territorial, o quadro de “ilegalidade” e o confronto entre a legitimidade de demandas sociais e econômicas e a legalidade, todos perdem. Perde-se também, sobretudo, a perspectiva de qualquer tipo de desenvolvimento sustentável.

1 Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite. mir@cnpm.embrapa.br

2 Analista de Sistemas da Embrapa Monitoramento por Satélite. osvaldo@cnpm.embrapa.br

3 Pesquisador na área de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da Embrapa Monitoramento por Satélite. daniel@cnpm.embrapa.br

4 Pesquisador na área de Uso Sustentável de Recursos Naturais da Embrapa Monitoramento por Satélite. torresan@cnpm.embrapa.br

5 Analista de Sistemas da Embrapa Monitoramento por Satélite. calberto@cnpm.embrapa.br

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGRICULTURA

Eduardo Delgado Assad¹

Hilton Silveira Pinto²

No Brasil, poucos estudos foram feitos sobre o reflexo das mudanças climáticas e seus impactos na agricultura.

Considerando o cenário de aumento global da temperatura e dos reflexos diretos na produção de alimentos, o que se tem procurado é verificar o impacto, em termos de área de baixo risco climático para plantio, que o incremento futuro de temperatura terá sobre o zoneamento de riscos climáticos nos próximos 70 anos.

A análise dos cenários de mudanças climáticas é feita com intenção de identificar a vulnerabilidade do sistema agrícola e sua fragilidade diante do aumento de temperatura. É fundamental construir a capacidade de adaptação à mudança global do clima, utilizando “novos princípios” que, basicamente, seriam: a adoção do princípio da precaução, evitando-se risco de um dano sério e irreversível, mesmo na ausência da completa certeza científica; a adoção do desenvolvimento econômico sustentável.

Dessa maneira, com as ferramentas disponíveis hoje, é possível avaliar os cenários agrícolas do Brasil, em função das perspectivas de aquecimento global, para os anos de 2020, 2050 e 2070, comparativamente a 2007, desenvolvidos com base na tecnologia

de zoneamento de riscos climáticos, um programa transformado em política pública que orienta o crédito agrícola e o seguro rural brasileiros. O método adotado considera os mesmos parâmetros do zoneamento em 2007 e simula os valores das temperaturas futuras por meio do modelo Precis, do Hadley Centre na Inglaterra, nos cenários A2 e B2 do IPCC. Na primeira etapa do diagnóstico, foram estudadas as culturas de algodão, arroz, feijão, café, cana-de-açúcar, girassol, mandioca, milho e soja.

O sumário da segunda parte do relatório de 2001 do IPCC – sobre impactos, adaptação e vulnerabilidade – dirigido aos formuladores de políticas públicas foi extremamente vago ao avaliar os possíveis impactos das alterações climáticas globais no comportamento das plantas agrícolas. Com referência à adaptação de culturas localizadas nas “médias latitudes” e o reflexo em sua produtividade, o relatório afirma apenas que a mudança climática levará a “*respostas gerais positivas para variações menores do que alguns graus Celsius e respostas gerais negativas para mais do que alguns graus Celsius*”.

Análises inconsistentes como essas por parte do IPCC induziram críticas severas de alguns autores como Reilly *et al* (2001) e Webster *et al* (2001), a exemplo do que já acontecera anteriormente com o relatório de 1995 avaliado dois anos depois por Gray. O relatório do IPCC de 2007 bem como trabalhos recentes de Assad *et al* (2006, 2007), Pinto *et al* (2007, 2008) e Nobre *et al* (2006) já são mais específicos quanto aos efeitos do aumento das temperaturas nas plantas.

Uma avaliação prévia da variabilidade climática ao longo do tempo, no Brasil, mostra que, dependendo da região analisada, podem ocorrer ciclos bem demarcados, como o das



chuvas no estado de São Paulo, ou com gradientes maiores ou menores de incremento, como no caso das temperaturas (Pinto *et al.*, 1989). Observando o comportamento das chuvas médias anuais na região de Campinas, SP, desde 1890, com valores aproximados por meio do cálculo de média móvel de ordem 10, nota-se que não existe uma alteração, com tendência secular, de aumento ou decréscimo nos totais pluviométricos, mas, sim, uma oscilação cíclica passando por um mínimo de 1.000 milímetros a um máximo de 1.700 milímetros em fases de cerca de 35 anos. As medidas diárias efetuadas entre 1940 e 1997 pelo Daee (Departamento de Águas e Energia Elétrica), em 391 estações pluviométricas distribuídas pelo estado, após analisadas quanto à consistência, homogeneizadas e consolidadas em médias anuais, também na forma de média móvel – ordem 10 – mostra que existe uma clara tendência de ajuste das duas curvas, permitindo inferir que, possivelmente, o comportamento hidrológico médio do estado pode ser bastante semelhante ao de Campinas.

Os resultados obtidos são coerentes com os impactos do aumento das temperaturas na área de potencial de produção agrícola brasileira, previstos para os anos de 2020, 2050 e 2070, comparativamente à área atual. Espera-se que o aumento da temperatura promova um aumento na evapotranspiração e, conseqüentemente, um aumento na deficiência hídrica, com reflexo direto no crescimento do risco climático. De outro lado, com o aumento das temperaturas, certamente ocorrerá uma redução no risco de geada, causando um efeito benéfico às áreas atualmente restritas ao cultivo de plantas tropicais.

Nesse caso, a dinâmica climática deverá causar uma migração das culturas adaptadas ao clima tropical para as áreas mais ao Sul do País ou mais para as zonas de altitudes maiores, para compensar a diferença climática.

Poderá haver uma diminuição nas áreas de cultivo de frutas de clima temperado e um possível deslocamento das culturas de café e cana para áreas de maiores latitudes.

Os resultados obtidos pelas simulações utilizando os cenários otimista (B2) e o cenário pessimista (A2), ambos indicando aumento de temperatura superior a 1,8 °C, permitem as seguintes observações:

1. Para as culturas de milho, arroz, feijão, algodão e girassol, haverá um forte impacto na Região Nordeste, com redução significativa das áreas atualmente com baixo risco de produção. Duas regiões poderão ser mais atingidas: toda a área correspondente ao agreste nordestino, hoje responsável pela maior parte da produção regional de milho e a região do cerrado nordestino, como sul de Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia.
2. Na cultura da mandioca haverá um acréscimo geral da área de plantio com baixo risco. Esse ganho de produção ocorrerá principalmente na Região Sul devido à diminuição de área sujeita a geadas. A Amazônia também poderá ser beneficiada pelo crescimento da área de plantio, mas

pela diminuição dos excedentes hídricos. De outro lado, os cenários de aumento de temperatura, tanto A2 como B2, indicam também forte aumento nas áreas de risco de produção de mandioca na região do semi-árido e no agreste nordestino.

3. Para a cultura da soja, as simulações mostram que a Região Sul e os cerrados nordestinos – sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia – serão fortemente atingidas. O impacto poderá ser de até 40% no pior cenário. A causa principal é o aumento da deficiência hídrica e o possível impacto dos veranicos mais intensos.
4. No caso do café, com a melhor resolução do modelo PreciS ficaram comprovadas as simulações anteriores efetuadas com os dados do IPCC-2001 pela Embrapa e Unicamp, de que a cultura poderá ser atingida ou por deficiência hídrica ou por excesso térmico nas regiões tradicionais. Os dois estados mais produtores de café no Brasil, São Paulo e Minas Gerais, deverão perder condições de plantio em boa parte da área, mas, os cenários mostram a possibilidade de incremento de produção nas regiões do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
5. Os cenários A2 e B2 são favoráveis para a cultura da cana-de-açúcar. Regiões do Sul do Brasil, que hoje possuem limitação por alto risco de geadas, perdem essa característica, principalmente no Rio Grande do Sul, transformando-se, em dez a 20 anos, em regiões de alto potencial produtivo. As áreas de alto potencial produtivo atual, como o Centro-Oeste, continuam sendo de baixo risco, porém cada vez mais dependentes de irrigação complementar – cerca de 50 mm no período mais seco – para garantir a produtividade. Em todos os casos analisados, a possibilidade de produção de cana-de-açúcar, em regiões de baixo risco climático, aumenta em mais de 100%, com relação à situação de hoje.
6. Em termos econômicos, mantidas as características genéticas das plantas cultivadas hoje, e não se fazendo nenhum esforço de adaptação e mitigação, as perdas podem chegar a R\$ 7,4 bilhões em 2020 e até R\$14 bilhões em 2070. Esse cálculo é feito em função das áreas que deixam de ser de baixo risco climático e, em função do aumento de temperatura, deslocam-se para a classe de alto risco climático.

É importante ressaltar que ações de biotecnologia e melhoramento de plantas podem reverter a situação, mantendo e, em alguns casos, até aumentando a produção agrícola. Para isso, é necessário que sejam cada vez mais incrementadas as pesquisas que procuram plantas mais tolerantes aos chamados estresses ambientais, temperatura elevada e deficiência hídrica. No Brasil, os primeiros passos já foram dados para encontrar plantas de feijão, café, soja e milho adaptadas a essa nova situação que se desenha.

1 Pesquisador e chefe geral da Embrapa Informática Agropecuária.

2 Professor e Diretor do Cepagri da Unicamp.

Estratégias empresariais

Investimentos sócio-ambientais

José Rezende*
Carlos Rossin**

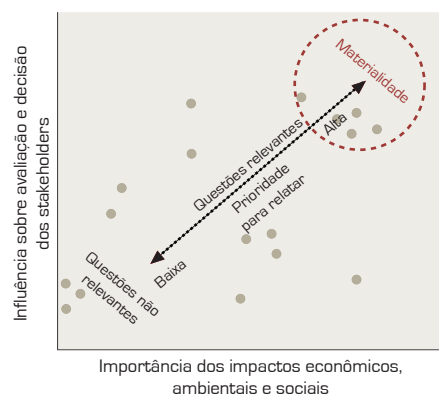
ENTRAMOS EM uma nova era quanto ao posicionamento das empresas com relação à sustentabilidade. Os últimos anos foram marcados pelos investimentos em iniciativas socioambientais, como educação, saúde, segurança, cultura, biodiversidade, redução de emissões, tratamento e destinação adequada de resíduos e reciclagem. O movimento busca um melhor relacionamento com as partes interessadas e promove a imagem de sustentabilidade. Porém, com os grandes desafios econômicos atuais, as iniciativas serão reavaliadas, para alcançar os objetivos estratégicos, sem interromper o que já vem sendo realizado.

O modelo tinha como balizador dos investimentos percentuais defendidos pela alta administração ou padrões e diretrizes amplas como, por exemplo, incentivo à cultura e à educação. A sua limitação é que toda aplicação possui um retorno para ser avaliado antes de se tomar uma decisão para destinar recursos.

No caso de investimentos sociais, muitas vezes os programas geram dependências prejudiciais, pois não prevêm o desenvolvimento de uma estrutura auto-suficiente. Isso ocasiona um posicionamento muito sensível na relação da empresa com a sociedade. O questionamento é se de fato estamos em um caminho sustentável ou criando relações insustentáveis, em alguns casos até mesmo substituindo o papel do Estado. Portanto, hoje a preocupação é atentar para a materialidade dos investimentos, e não simplesmente destinar recursos para cumprir metas internas e promover um *marketing* um tanto perigoso.

De acordo com o GRI – Global Reporting Initiative¹, a materialidade é o limiar a partir do qual um tema torna-se suficientemente expressivo para ser relatado. São os casos dos impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização que possam influenciar as decisões de seus *stakeholders*.

Materialidade, em outras palavras, é o grau de relevância dos temas que possam interferir na sustentabilidade de um setor.



Por exemplo, um dos maiores impactos ambientais é a emissão de gases de efeito estufa durante o processo produtivo de determinadas indústrias. Logo, as iniciativas para reduzir as emissões têm grande relevância ou materialidade. Atualmente, o GRI desenvolve estudo sobre materialidade no intuito de trazer ao mercado uma visão objetiva para apoiar as empre-

sas a direcionar de forma efetiva seus investimentos socioambientais.

Cada setor industrial tem temas socioambientais relevantes. No caso do Brasil, como um grande exportador de produtos primários, existe uma rede complexa de fornecedores, em diferentes níveis de maturidade no quesito sustentabilidade. Como o mercado consumidor não distingue seus participantes, mas enxerga a cadeia de fornecedores, as empresas têm um grande papel em difundir a adoção de práticas sustentáveis.

Existem diversos caminhos para as empresas incentivarem seus fornecedores no alcance da conformidade legal. A capacitação é um deles, porém, muitas vezes, o problema não é a ausência de informações mas, sim, de recursos financeiros. O compartilhamento de serviços e processos de compras com seus fornecedores pode ser um outro lado a ser explorado. Por exemplo, um fornecedor poderia comprar combustível junto com a empresa onde presta serviço, conseguindo maior escala e um valor diferenciado. O ganho poderia ser revertido na compra de EPIs ou outros insumos necessários para o cumprimento legal, além de criar um grau de fidelização com a empresa.

A sustentabilidade, além de estar alinhada à estratégia de seu negócio, deve criar valor compartilhado, e ser comunicada aos públicos de interesse. Cada vez mais, as informações sociais e ambientais se tornam relevantes para a avaliação do desempenho econômico-financeiro das empresas. Portanto, a divulgação dessas informações deve demonstrar o comprometimento e a capacidade do seu negócio em atender aos desafios presentes e futuros no âmbito socioambiental. A materialidade – ou relevância – dos temas abordados em seus investimentos deve ser ponto crucial no desenvolvimento de suas ações e comunicações. ■

* Sócio da PricewaterhouseCoopers, líder de Agribusiness

** Gerente de serviços de Sustentabilidade da PricewaterhouseCoopers

¹ GRI – Global Reporting Initiative, principal padrão mundial para relatórios de sustentabilidade

Ripa

Cidade da Bioenergia

Roberta Salgado G. da Silva

O PRESIDENTE da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Silvio Crestana em entrevista ao Portal Ripa, avaliou a Rede Ripa e comentou sobre a Cidade da Bioenergia, que deverá ser construída em São Carlos (SP). O presidente revelou a possibilidade de fazer parcerias com China, Índia e Coreia do ponto de vista científico. O gigante asiático está interessado na mandioca como fonte de energia.

PORTAL RIPa: Como o projeto Ripa pode ser avaliado?

CRESTANA: A Ripa foi muito importante para a Embrapa. O plano diretor estratégico da Embrapa e das unidades foram construídos a partir das informações e cenário gerados na Ripa. Isso é de uma importância prática muito grande. É um projeto que deve ter continuidade para organizar e transformar a base de informações do Sistema Nacional de Pesquisa (SNPA) em empreendimentos nas cinco regiões do Brasil. A Cidade da Bioenergia pode ser um exemplo para a Região Sudeste, em que se aglutinariam conhecimentos com o setor privado. A interlocução da Ripa, da Embrapa e da USP é interessante, mas o recurso vem da mesma fonte, do imposto, seja ele federal ou estadual. Precisariamos fazer mais inovação que só aquela financiada pelo setor público. Ficaria faltando a mobilização do setor privado. A Ripa tem esse propósito.. A lei de inovação propicia a criação de Empresas de Propósito Específico (EPE) e Parceria Público Privada (PPP). A grande meta e os desafios são de mobilizar atores para se construir

uma parceria com o setor privado e mostrar essa viabilidade daqui a três ou quatro anos.

PORTAL RIPa: E o interesse do pres. Lula pelo projeto da Cidade da Bioenergia ?

CRESTANA: Ele tem interesse, mas solicitou um projeto executivo. O projeto foi providenciado pela prefeitura e entregue ao presidente. A proposta é começar a partir de 2010. A decisão de fazer a Agrishow em 2010 em São Carlos é da Abimaq. Ela precisa que a Embrapa disponibilize uma área de 240 hectares e a prefeitura faça as obras necessárias. O comodato seria de 50 anos, renovável por mais 50 anos.

PORTAL RIPa: O que é feito hoje na área a ser cedida ao projeto?

CRESTANA: A Embrapa Pecuária Sudeste trabalha com a pecuária intensiva e extensiva. A área é utilizada principalmente para experimentos com a pecuária extensiva. Do ponto de vista científico estavam sendo feitas análises de compactação de solo nas duas situações, bem como a comparação da micro e macro faunas.

PORTAL RIPa: Em que consiste a Cidade da Bioenergia?

CRESTANA: Ela terá uma feira permanente, chamada de “vitrine tecnológica”, que mostrará os projetos de ponta de agroenergia e bioenergia nos aspectos econômico, social e ambiental. É uma pretensão muito grande de um país que quer ser líder mundial, não só hoje na produção de etanol, mas também na produção de conhecimento de energia. A energia renovável é uma matriz que tem o etanol,

o biodiesel, o aproveitamento de resíduos, as florestas energéticas, a energia eólica, solar e geotérmica.. Há várias formas possíveis de energia, algumas mais comerciais, outras menos, mas todas são opções importantes. Do ponto de vista científico quais as opções e os caminhos? A proposta é colocar a nossa rede de pesquisa em agroenergia à disposição da sociedade. Isso significa trazer resultados de pesquisa, fazer experimentos e mobilizar a competência da Embrapa e do sistema cooperativo de pesquisa.

PORTAL RIPa: Onde ocorre a demonstração de energias alternativas no Brasil ?

CRESTANA: O Brasil não tem um local para mostrar as alternativas energéticas, os sistemas sustentáveis de produção de energia, as culturas e plantas, as máquinas e equipamentos para produzir e transformar a biomassa em energia. Isso está disperso na usina, na área de produção de cana, ou no caso do biodiesel, numa área de mamona, soja e pinhão manso. Se pensarmos em floresta energética, procuraríamos também algum lugar. Se o Brasil deseja ser líder em agricultura tropical e ainda em energia renovável e bioenergia, teremos de reunir, num mesmo local, várias competências, a científica e a tecnológica de primeiro nível. Tanto que a Embrapa criou o Centro Nacional de Agroenergia, com sede em Brasília e ramificações no Brasil. Reforçaremos o ramo de São Carlos. Precisamos da competência do setor privado, que sabe produzir e construir máquinas e equipamentos. E temos que ter o ambiente para que a



sinergia aconteça, uma região com universidades, centros de pesquisa, infraestrutura e logística.

PORTAL RIPA: A exemplo da parceria entre a Embrapa, a FGV e a Esalq na criação do mestrado em agroenergia, poderia ocorrer algum tipo de formação de recursos humanos na Cidade da Bioenergia?

CRESTANA: Não há contradição entre o curso envolvendo a Embrapa, a Esalq e a FGV com a Cidade da Bioenergia. O curso não é local, é nacional.

PORTAL RIPA: O investimento da Embrapa Instrumentação Agropecuária em um novo laboratório de agroenergia se casa com esse projeto?

CRESTANA: Temos um Centro Nacional de Agroenergia, com ramificação em vários centros. Existe uma rede de agroenergia na Embrapa por meio de seus centros de pesquisa. No caso da Embrapa Instrumentação, há um acúmulo de conheci-

mento, métodos, técnicas, equipamentos e competências. Estamos fazendo núcleos de agroenergia distribuídos pelo País. Com a Cidade da Bioenergia, daríamos um salto em organização. Em vez de uma unidade da Embrapa fazer uma pesquisa, buscar recursos, competências ou consultorias e depois procurar o setor privado para transferi-la, tudo estaria organizado num mesmo local. Essa sinergia em energia será importante.

PORTAL RIPA: A crise econômica pode interferir no PAC da Embrapa?

CRESTANA: Não desejaria retirar uma vírgula do que assumimos como compromisso. Manterei firme a decisão. Implementamos em 2008 e preparamos para 2009. Negociamos o próximo orçamento da mesma maneira.

Não falamos dos bilhões necessários para movimentar a economia e evitar problemas nos setores bancário, financeiro, na construção civil. Falamos de uma escala de valores menores. E no caso da Embrapa, em particular, como o presidente Lula ofereceu o PAC, ficaria surpreso se algum projeto sofresse algum prejuízo.

PORTAL RIPA: Da sua visita a China, Índia e Coreia, quais as perspectivas de parceria da Embrapa?

CRESTANA: As perspectivas são excelentes tanto do ponto de vista científico quanto comercial. Se olharmos a Índia, de lá veio a manga e o rebanho bovino de base zebuína, que deu notoriedade ao Brasil. Partimos das raças indianas para construir o nosso nelore, guzerá, caracu etc. Isso tem uma importância enorme devido à diversificação da nossa matriz genética. Hoje, trabalhamos com uma abertura de genes e temos feito os nossos cruzamentos em torno disso. Ampliar

essa gama de genes é fundamental para a sanidade e a qualidade do rebanho, mas também para o melhoramento genético. Temos muito que aprender com a agricultura familiar na Índia, pois 60% dos agricultores indianos têm menos que um hectare (10 mil metros quadrados). Uma agricultura com esse tipo de convivência é única no mundo. Na China, 800 milhões de habitantes, ou quatro Brasis, estão na área rural. Em genética e biotecnologia, esses três países estão muito bem desenvolvidos. A Coreia tem interesse em cogumelos e energias alternativas. Em relação ao Japão e à Coreia há interesse em mecanização e automação. E no caso da China e Índia, o interesse é por pequenas máquinas, tratores e implementos.

PORTAL RIPA: Já foi fechado algum acordo nesta viagem?

CRESTANA: Brasil e China se uniriam para fazer a genômica da mandioca. A China está interessada na mandioca como fonte de energia. Existe uma decisão interna na China que não se pode produzir energia a partir de fontes alimentares como cereais, mas se for uma planta exótica como a mandioca, não há problema. Se ajudarmos os seus países fornecedores, estaremos ajudando a China. Como benefício para nós, onde a mandioca tem origem, eles estão muito bem aparelhados para fazer o seqüenciamento da mandioca. Com a China, existe um grande interesse em se fazer a genômica da mandioca. A mandioca é uma cultura não só de pessoas pobres, mas de países pobres. É uma cultura da nossa região que foi à África e também está na China indiretamente. Não é produzida lá, mas eles comprem fécula de mandioca de outros países, como Tailândia e Indonésia. Se esperarmos que os países desenvolvidos façam a genética da mandioca, isso não vai acontecer, pois não há interesse. A genética da batata sim, pois está em todo lugar, no Mc Donalds, mas a mandioca não. ■



13º Fórum Abag

Conjuntura econômica e o agronegócio

A Associação Brasileira de Agribusiness realizou no dia 15 do corrente mês o seu 13º Fórum, para tratar da Conjuntura Econômica e o Agronegócio. O tema, muito pertinente diante da crise que ronda de dimensão global, foi comentado pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho. As principais informações apresentadas e analisadas foram registradas pela Agroanalysis.

Abertura

Carlo Lovatelli

A ABAG realiza neste ano o seu último e 13º Fórum. O número não ajuda muito, principalmente diante da situação que temos experimentado nos últimos meses. O tema a ser analisado e discutido aqui será A Conjuntura Econômica e o Agronegócio.

Inicialmente, manifestamos nossos sinceros agradecimentos ao professor Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES). É uma gentileza muito especial da sua parte, neste momento sensível e bem demandado, abrir uma janela em sua requisitada agenda. Reconhecemos com muita simpatia a concessão, para a Abag uma demonstração de respeito e consideração.

Tenho vivo na memória o recente aniversário dos 79 anos da quebra da Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929. A data foi lembrada no mercado financeiro, não apenas como um fato histórico diante do pânico que se abatia sobre os negócios. Ninguém fazia a menor idéia para onde tudo estava indo ou de como iria terminar. Todas as luzes estavam literalmente no vermelho.

O pânico contagiou o mercado de ações do mundo inteiro. As coisas pareciam completamente fora de controle. Não havia nada para os governos poderem dizer ou fazer. Seria a repetição de 1929, quando as pessoas pensavam ter superado o pior, porém novas quedas estavam prestes a acontecer. Ninguém sabia o quão fundo os preços das ações ainda iriam. Uma economia mundial em águas turbulentas e *bem longe do palpável*.

Em novembro, felizmente, os indícios apontavam que a maior crise financeira da era da globalização começava a perder o ímpeto, depois das medidas adotadas pelos governos mundo afora. Mas, sem muitos arroubos, apenas do ponto

de vista bancário. A partir daí, seus efeitos seriam sentidos sobre a economia real, uma fase mais extensa, incerta e sem data para terminar.

Era o sinal de que saíamos do pânico e entrávamos na crise maior de confiança e de liquidez dos mercados. Se as empresas param de investir e os bancos restringem o crédito, com medo de não receber seu dinheiro de volta, como fica o sistema? O governo precisa compensar esse vazio com maiores aplicações, pelo menos durante certo período, para girar a economia.

No momento em que a crise impacta nas principais fontes de capital, o papel do BNDES é vital. Em 2007, seus desembolsos somaram R\$ 70 bilhões e corresponderam a 26% dos empréstimos das empresas.

No agronegócio, existem empresas exportadoras nacionais robustas e de qualidade, que podem encontrar formas de solução no próprio sistema bancário. Porém, o suporte do BNDES ajuda a minimizar a dificuldade de liquidez e viabilizar as companhias. O mesmo se sucede na área de biocombustíveis, carnes, grãos, fibras e de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

Acompanhamos as conversações do BNDES com instituições, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e organizações de crédito na Alemanha e Japão, dentre outras. Além de felicitarmos e apoiarmos as iniciativas, torcemos para que o professor Luciano Coutinho nos traga informações de bons aportes de captações externas no próximo ano.

Compartilhamos da visão do BNDES de criar um fundo global de desenvolvimento, responsável pelo investimento em projetos de infra-estrutura e pelo apoio as empresas nos países em desenvolvimento durante as crises. Um Plano Marshall para as economias em desenvolvimento, com recursos de US\$ 500 bilhões dotados pelos países com grandes volumes de reservas. Essa estratégia deverá ser apresentada pelo Brasil no âmbito do G20.

Outro tema importante para o agronegócio diz respeito ao Fundo Amazônia,

destinado aos projetos ambientais na floresta amazônica e outros biomas, que será administrado pelo BNDES e captará recursos privados a partir de doações que poderão vir do Brasil ou do exterior. A falta de informação penaliza a imagem e prejudica as atividades nas cadeias produtivas nacionais de alimentos, fibras e bioenergia.

Apesar da dureza e da preocupação que o tema trás para a sociedade brasileira e mundial, estamos felizes e satisfeitos com a presença do professor Luciano Coutinho, a quem passamos a palavra. Temos certeza de que receberemos informações de mais alta qualidade.

Luciano Coutinho

Resumo da apresentação

QUERIA AGRADECER a oportunidade de participar deste fórum. Tive notícia das atividades da Abag. É grata essa oportunidade de interagir com várias pessoas aqui reencontradas. Gostaria de ouvir os diversos segmentos do setor para ajudá-los nos anos que virão pela frente.

O posicionamento dos países emergentes é especial neste momento por- que:

- Seus mercados internos serão menos afetados pela crise internacional do que os dos países desenvolvidos;
- Poderão contribuir para uma menor desaceleração da economia mundial;
- Tendem a aumentar suas participações na economia mundial nos próximos anos.

De acordo com os dados do FMI, na média, neste ano, as economias em desenvolvimento crescerão 6,2%, enquanto aquelas das desenvolvidas ficarão em 1%. Nos últimos três anos, a taxa média das economias em desenvolvimento ficou acima das das economias desenvolvidas.

Esse diferencial é importante. As economias em desenvolvimento são demandantes, em processo de urbanização, com grande população e capacidade agrícola

limitada, como é o caso da China e da Índia. Já a Rússia e várias outras economias dependem de alimentos. Tudo isso representa oportunidade para o agronegócio brasileiro.

Portanto, não é indiferente para o Brasil se as economias em desenvolvimento cresçam ou não nos próximos anos. De 1998 a 2008, as participações dos países emergentes e em desenvolvimento no PIB mundial passaram de 36% para 45%.

Entre os países emergentes, o Brasil está em posição de destaque pelo:

- *Investment Grade*, com custo de capital mais baixo;
- Elevado nível de reservas (US\$ 200 bilhões);
- Capacidade anticíclica das políticas monetária e fiscal;
- Crescimento da demanda doméstica:
 - Bancos sólidos;
 - Setor privado pouco endividado
 - Aumento do emprego, crescimento da massa real de salários e redução das desigualdades.
- Expansão dos investimentos, com projetos de alto retorno e baixo risco.

Segundo o IBGE, os indicadores de desempenho da economia brasileira são satisfatórios:

- Entre o terceiro trimestre de 2004 e 2008, as taxas de crescimento do PIB ocorreram por 27 trimestres seguidos, o período mais longo em 20 anos, enquanto o desemprego caiu de 10,5% para 7,5%. Nesse período, a massa salarial real, na média dos últimos 12 meses, em bilhões, passou de R\$ 21,04 para R\$ 27,24;
- De outubro de 2007 a outubro de 2008, a criação líquida de empregos formais, em milhares de pessoas, passou de 1.617 para 1.953, ou seja, uma expansão de 27,9%, de acordo com TEM-CAGED;
- A revista *Conjuntura Econômica*, de agosto de 2008, mostra que pelo quinto ano consecutivo, a rentabilidade das 500 maiores sociedades anônimas brasileiras ficou acima dos 10%, algo que não ocorria desde o início dos anos de 1980;



Nos próximos anos, apesar da economia mundial desacelerar, não há nenhuma razão para que o Brasil tenha um crescimento inferior. Durante a década de 30, a economia mundial acumulou um crescimento de 10%, enquanto a do Brasil foi de 50%. O presidente Getúlio Vargas enfrentou a situação, com uma economia extremamente precária.

O grande esforço do governo será evitar que a taxa de desemprego suba. A pressão por crédito é grande, com a secagem da fonte externa. O BNDES é importante para acelerar os investimentos. O orçamento que a instituição pretende executar em 2009 é de R\$ 120 bilhões. É um enorme desafio.

O PIB do agronegócio voltou a crescer depois da crise da safra 2004/05. Nos últimos quatro trimestres, o setor lidera o crescimento da economia. Possui três grandes

- Os investimentos na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do PIB são positivos desde 2004;
- Entre 2003 a 2010, a previsão é de um crescimento na taxa de investimento de 15,3% para 20,9%;
- De janeiro a outubro deste ano, o déficit nominal foi praticamente zerado;
- A dívida líquida apresenta uma trajetória declinante. De outubro de 2003 a outubro de 2008, a dívida líquida do setor público em relação ao PIB, caiu na relação total de 47,87% para 36,63% e de 10,71% para -12,28% na externa;
- Os desembolsos e as aprovações do BNDES também são crescentes.

Se nas últimas décadas, qualquer crise externa provocava recessão e precisava ser respondida com forte aumento de taxa de juros aqui no Brasil, agora a situação é bem diferente.

Do ponto de vista doméstico, o sistema financeiro está bastante sólido, com um setor privado não financeiro pouco endividado. Assistimos um aumento do mercado externo, com crescimento do emprego e das massas de salários.

importâncias, pois:

1º É o mais importante gerador de divisas para o País;

2º Cria emprego e renda, à medida que expande a fronteira agrícola e amplia oportunidades de ocupação econômica para a população;

3º É um dos grandes fiadores da estabilidade de preço, a manutenção do custo de vida urbano e o controle das expectativas de inflação.

Por isso a grande preocupação, ninguém pode desprezar ter como prioridade relevante o agronegócio. No Brasil, representa 25% do PIB externo, ele tem um importância. A relação crédito/PIB da agricultura brasileira é uma das mais baixas do mundo.

Para o BNDES, o agronegócio merece prioridade na Política Desenvolvimento Produtivo (PDP), quanto às cadeias para:

- Consolidar de forma irreversível a liderança mundial (bioetanol, carnes e celulose e papel), com foco em:
 - Atividades econômicas onde o Brasil tem reconhecida competitividade;
 - Investimentos estratégicos em grande volume do setor público;

- Projetos de expansão física e internacionalização empresarial;
- Liderança tecnológica.

- Fortalecer a competitividade: (madeiras e móveis, couros calçados e artefatos, agroindústrias e biodiesel), com foco:

- Em sistemas, cadeias ou complexos produtivos: a) geradores de efeitos de encadeamento sobre o conjunto da estrutura industrial com potencial exportador; b) afetados por importações mas com potencial competitivo;
- Metas industriais, de exportação e de P,D&I compartilhadas com o setor privado.

O BNDES tem a missão importante de ajudar o agronegócio brasileiro, especialmente na ponta processadora industrial. Estar preparado para apoiar e consolidar a formação de grandes empresas competitivas. Precisamos, efetivamente, olhar o setor, como uma grande solução para a sustentação do crescimento no Brasil.

O investimento em infra-estrutura, a construção civil e o agronegócio, são três pilares fundamentais para que o País possa atravessar a crise de maneira razoável, de maneira sensata e positiva.

Perguntas:

1º Podemos pensar em choque de investimentos na infra-estrutura de escoamento a curto prazo safra?

2º Como fica a incapacidade de governo de executar os recursos autorizados dos orçamentos da União desde 2004? Em 31 de novembro de 2008, dos cerca de R\$ 16.4 bilhões de reais autorizados, haviam sido executados cerca de 30%.

3º Há disponibilidade de capital de giro para atender alguns setores simplesmente sufocados pela falta de crédito.

A situação logística brasileira é muito ruim. Entretanto, olharia o futuro com um pouco mais de otimismo, em função de alguns avanços recentes. O BNDES fez enorme esforço para capacitar grandes empresas ferroviárias a operar e a investir. Temos interesse na expansão da malha ferroviária, especialmente no ramal para o Centro-Oeste, na linha Norte-Sul e na Transnordestina. Os projetos estão fican-

do prontos. Foi feito um mutirão com os governos estaduais para as desapropriações, com definição dos traçados.

Nos portos, a questão ficou travada muito tempo, mas finalmente chegou-se a um modelo que funciona. O BNDES financia o pouco que se fez. Sobre as rodovias, não adiante chorar o passado, quando havia o Geipot (Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes), de alta qualidade em planejamento. É realmente desafiador montar um processo mais forte. O BNDES ajuda o governo por meio dos regimes de concessão, pelo menos nas principais vias-tronco, com é o caso da BR 116.

No etanol, é fundamental o investimento nos dutos. Estamos à disposição para os investimentos da Petrobras e a discussão do setor privado. Se apresentarem um projeto compartilhado, teremos interesse de financiar.

Alguns setores importantes estão passando por grandes dificuldades. Para a área de adubos, disponibilizaremos uma linha de R\$ 6 bilhões para capital de giro das empresas, com um limite por CNPJ de R\$ 50 milhões. A operação tem cinco meses de carência e oito para pagar, com taxa de juros de 9% a 20%, conforme o porte da empresa.

O presidente Lula tem feito reuniões freqüentes com os presidentes dos três bancos federais (BNDES, BB e Caixa Econômica), para forçá-los a se moverem de maneira mais gradativa. Estimular uma operação maior entre os bancos federais. O Banco do Brasil passou do quinto para o segundo lugar como repassador de recursos do BNDES. Em relação à Caixa Econômica, trabalhamos para afastar o risco de quebra de empresas no setor de construção.

Na questão da tributação, o seu impacto aumenta com o tamanho da cadeia.

Quando há exportação sobra no final um crédito não resolvido. É um dos problemas mais graves. A matéria é complexa e está fora da minha área. O agronegócio, presente no Brasil inteiro, talvez pudesse ajudar a criar um sistema mais eficaz.

A respeito da dependência da exportação e da queda dos preços nas *commodi-*

ties, existem casos extremos. A Rússia, por exemplo, enfrenta dramático problema cambial. Seu mercado fechou. Precisamos ter um mecanismo para sustentar e refinanciar os embarques.

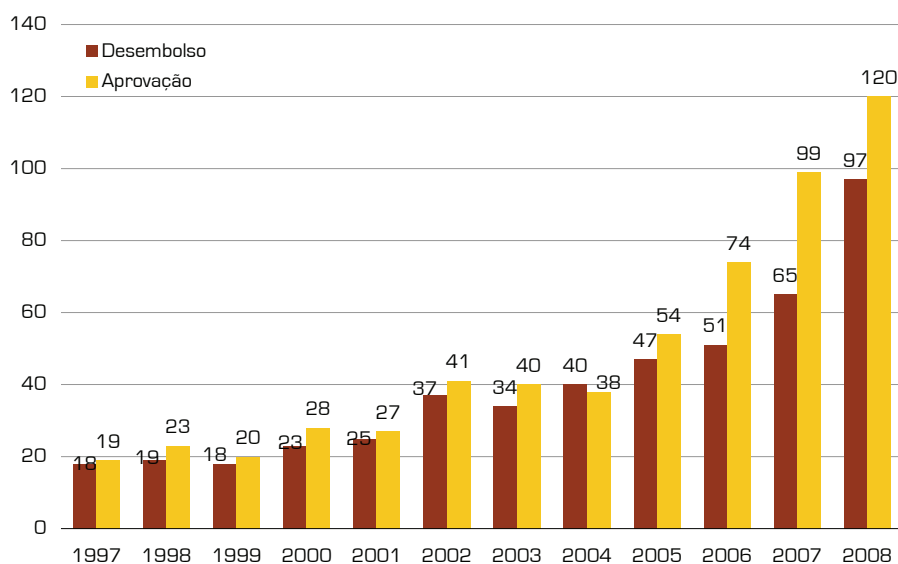
Para terminar, coloco em pauta, duas questões fundamentais para o agronegócio:

1º Como funcionar com preços menos favoráveis nos próximos anos? Sem avan-

ços fortes em logística, redução de outros custos e um sistema capaz de refinanciar as exportações, daremos um tiro no pé. Defendo fortemente uma política para o setor agrícola. Um dos melhores incentivos de exportação é manter a taxa de câmbio estável, m torno de R\$ 2,30.

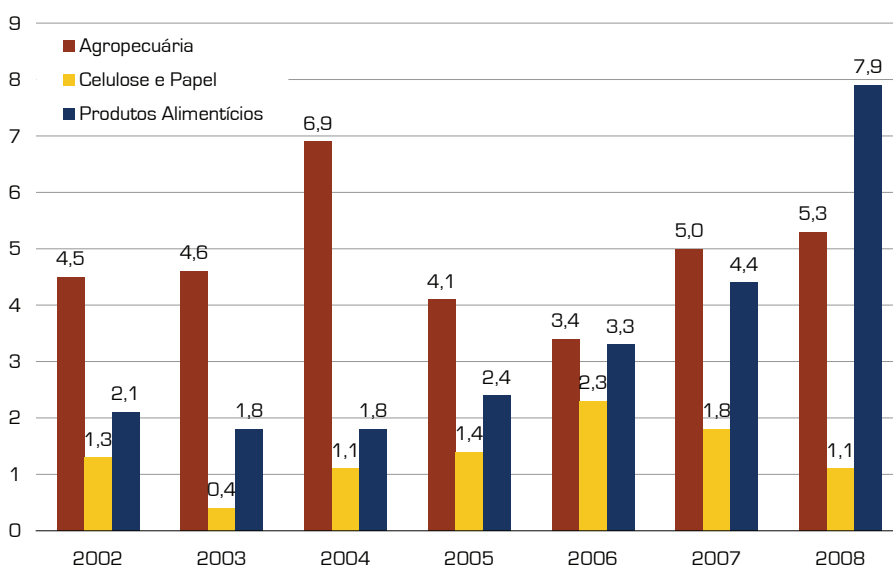
2º O aperfeiçoamento tributário e o investimento em logística. ■

BNDES: desembolsos e aprovações (R\$ bilhões)



Fonte: BNDES, até outubro/2008

BNDES: desembolsos no agronegócio (R\$ bilhões)



Fonte: BNDES, até outubro/2008

Qualidade

Dioxina na carne irlandesa

Adriano J. Timossi*

O MINISTÉRIO da Agricultura da Irlanda confirmou, no último 7 de dezembro, a contaminação de carne suína e subprodutos com dioxina na Irlanda e Irlanda do Norte (parte do Reino Unido), o que levanta mais uma vez sérias dúvidas sobre a realidade dos padrões de produção da agricultura europeia.

O governo irlandês ordenou a destruição:

- De todos os produtos à base de carne suína, a partir de 1 de setembro de 2008;
- De 100.000 animais de 10 fazendas contaminadas, correspondentes a 10% da produção nacional.

A Irlanda é um dos maiores exportadores de carne suína da UE, com um volume de cerca de 130.000 toneladas, no valor de 370 milhões de euros, em 2007. A crise foi considerada a pior desde o caso da vaca louca.

No total, foi constatada a contaminação em 47 fazendas (dez na suinocultura e 37 na bovinocultura). Testes encontraram contaminação em gado, mas em número menor e com um nível bem inferior ao limite permitido (2 ou 3 vezes contra até 200 vezes para os suínos).

É muito provável que o produto contaminante tenha entrado inicialmente na cadeia de produção de ração para alimentação animal em setembro deste ano. Em outras palavras, os produtos irlandeses contaminados estão sendo vendidos desde então. Isso coloca em questionamento a capacidade do sistema de rastreabilidade da UE para detectar o problema. A Bulgária, imediatamente, embargou a importação de 60 toneladas de carne suína e subprodutos irlandeses no início do mês.

A crise expõe o “lado comprometedor” da agricultura europeia, muitas vezes abafada pela influência política do *lobby* agrícola no bloco e pela parcialidade da imprensa europeia. Ambos atacam o Brasil, concorrente de peso nas carnes nos mercados da UE. A carne suína brasileira espera há anos por uma oportunidade de entrar no mercado europeu, mas por razões mais políticas do que técnicas não consegue.

A verdade é que a UE vê no Brasil não apenas um risco para a produção interna

que já enfrenta grandes dificuldades, mas também no mercado internacional e, sobretudo na Rússia, onde os europeus sofrem perdas. O bloco europeu é auto-suficiente no abastecimento de carne suína. Em 2007, figuras da Comissão Europeia indicavam uma redução de mais de 70% na importação de carne suína, algo em torno de 30.000 toneladas.

Revanche brasileira

O Brasil poderia questionar, por exemplo, a possibilidade de um embargo temporá-

Outras crises devido à dioxina

Uma outra crise ocasionada pela dioxina foi a da mussarela de búfala, na Itália, em março deste ano. Ali, o caso foi ainda mais difícil de resolver pois não houve resposta rápida, como na Irlanda.

A contaminação com dioxina em leite de búfala e mussarela causou uma grande dor de cabeça para as autoridades de segurança alimentar em Bruxelas, que se irritaram com os colegas oficiais italianos. Foi um exemplo de que, muitas vezes, as decisões na UE e de seus países membros migram do campo técnico para o político muito rapidamente.

Os animais pastavam perto das poças contaminadas com resíduos químicos de montanhas de lixo, um problema de muitos anos no território da Campagna. A região recebe material altamente contaminado, algo muito bem explicado no filme italiano *Gomorra*, que acumula diversos prêmios. O filme é extremamente recomendado aos responsáveis pela representação internacional da agricultura brasileira, sobretudo aos técnicos em Bruxelas, tanto na Comissão como no Parlamento Europeu.

A Itália não solicitou a rápida destruição do produto, ao contrário da Irlanda, sob a alegação de que não houve exportação de produto contaminado. Houve, na verdade, um forte espírito comunitário, no caso da crise da mussarela de búfala. Os estados membros contribuíram muito para não alargar o tema que rapidamente saiu da imprensa. Um fato importante e que a França, por exemplo, voltou atrás 4 horas depois de decretar embargo ao produto italiano. Diferentemente, Japão e Coreia decretaram embargo da mussarela de búfala italiana, em que foram encontradas contaminações em 130 fazendas.

rio na importação de carne e subprodutos suínos vindos de qualquer um dos 27 Estados Membros da UE. As razões seriam medidas de segurança baseadas em questões técnicas, ao menos por um período, até que os fatos se esclareçam.

Teria sido uma atitude normal, tal como fazem os europeus em muitos casos, como recentemente no do leite e dos produtos lácteos contaminados por melamina na China. Uma boa resposta com peso certo diante dos ataques realizados pelo *lobby* agrícola europeu.

A IFA (Associação Irlandesa de Agricultores) há poucos meses fazia críticas à produção bovina no Brasil. Isso resultou no embargo, muito mais político do que técnico, ao produto brasileiro. A carne suína brasileira não entra na UE, um bloco com problemas de febre porcina, como na Romênia e Bulgária.

Há de se reconhecer os esforços da UE e o rigoroso trabalho realizado no campo de segurança alimentar, em boa parte como resultado da incidência BSE/vaca louca. O resultado foi a morte de 200 consumidores e a destruição da credibilidade do produto europeu, com perdas para terceiros países como o Brasil. Mas, devemos reconhecer que há demagogia no debate sempre que ocorre uma crise sanitária na Europa.

Reagindo rapidamente, a Comissão diz para seus consumidores não se preocuparem, uma vez que medidas estritas são implementadas. O “alerta” não significa que os alimentos europeus são menos seguros, mas indica o bom funcionamento do Sistema de Alerta de Segurança Alimentar (Rasff), estabelecido em 2002.

Quando um problema sanitário ocorre em um país fora da UE, o *lobby* agrícola ataca e diz que “os consumidores europeus não podem confiar em um produto vindo de fora do bloco, sem respeitar o alto *standard* europeu de produção e rastreabilidade”.

Em julho último, um relatório anual da Comissão Europeia indicou que houve 600 alertas a mais em 2007, em relação a 2006, um total de 6.768 alertas, dos quais 65% ocorreram no território da UE.

A suinocultura na UE

Historicamente, a UE-27 é o maior exportador mundial de carne suína, com um volume anual em torno de 1,3 milhão de toneladas. Com a alta no custo de produção e o aumento na demanda interna, em parte devido à entrada de novos países membros, e ao protecionismo contra importações de países competitivos como o Brasil, o volume de embarque estabilizou.

As exportações europeias são fortemente dependentes de subsídios, única opção para tornar a carne suína da UE competitiva no mercado internacional. Outro caminho, embora reduzido a uma quantidade muito inferior, consiste na valorização de seus produtos, com a utilização de um modelo de produção baseado na sua história e ao *savoir faire*. Bons exemplos são o famoso *prosciutto di Parma* e o do *jamón Pata Negra*, ambos com denominação de origem controlada e com um importante nicho de mercado tanto na UE como no exterior.

Desde novembro 2007, a forte crise enfrentada pelo setor na UE levou a uma reintrodução dos subsídios à exportação de carne refrigerada e congelada. A medida visava a reanimar a produção contra os altos custos da ração animal.

O caso da dioxina pode ter algo de similar à crise da vaca louca, em parte resultado de ações adotadas para reduzir o custo de produção, com o uso da farinha animal, mais barata em relação a outras fontes tradicionais de proteína, como farelo de soja.

A contaminação por dioxina chega a 200 vezes o nível de risco. Cerca de 25 países, muito deles da própria UE, podem ter adquirido carne suína e subprodutos irlandeses contaminados. Japão, Cingapura, China e Coreia do Sul, entre outros, decretaram embargo à importação da UE de carne suína e subprodutos.

A crise da dioxina da Irlanda coloca em xeque as falhas do sistema produtivo europeu. O atraso na resposta das autoridades da UE ao problema iniciado em setembro põe em questionamento a eficiência de seu sistema de rastreabilidade.

O quadro é realmente grave. As autoridades brasileiras, se não querem retaliar os europeus, podem levantar sérios questionamentos sobre a realidade da agricultura. Enfim, colocar a Comissão Europeia contra a parede, como eles têm feito ao Brasil, como no caso da carne bovina há vários meses.

A figura dos adidos

Os adidos agrícolas, que deveriam iniciar suas atividades em algum momento de 2009, terão um grande trabalho pela frente, sobretudo o funcionário lotado em Bruxelas. Este deverá acompanhar de perto a agricultura europeia e antecipar as crises e as decisões políticas adotadas por Bruxelas com impacto no Brasil. Deverão igualmente intensificar ações, aumentando o *lobby* para que a carne suína brasileira finalmente entre no mercado europeu.

Certamente não será uma tarefa fácil, a considerar que 2009 é ano de eleição para o Parlamento Europeu. Há um consenso em Bruxelas sobre que o setor sofre uma forte crise, em curso há longo tempo. Caso drásticas mudanças não sejam im-

plementadas, a produção suína no Velho Continente entrará em recessão, mesmo sem a presença da competição do produto brasileiro.

A nova Comissão Europeia, a ser eleita para 2010, poderia abrir uma oportunidade de diálogo com os colegas brasileiros, tendo em vista a abertura do mercado europeu. Mas, para que isso ocorra, o Brasil deve igualmente continuar sua caminhada de reformas, para atrair a confiança dos profissionais responsáveis pela segurança alimentar do bloco, mesmo que o grande empecilho na batalha com a UE tenha um tom muito mais político do que técnico. ■

* Consultor em Comércio-Política e Desenvolvimento internacional

Meio ambiente

Como fica o Código Florestal

ELABORADO EM 2005 pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PL 6.424 já foi aprovado no Senado e atualmente se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Um de seus objetivos é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, incluindo as palmáceas.

De acordo com o Código Florestal (Lei 4.771/65) brasileiro, é considerada Reserva Legal, dentro de cada propriedade, uma área mínima determinada de vegetação nativa que cumpra a função ecológica de *habitat* para a biodiversidade e/ou fornecedora de serviços ambientais como estoque de produtos florestais, proteção do solo e corpos d'água, controle de pragas e incêndios e captação de carbono da atmosfera, entre outros.

A atual legislação brasileira estabelece que a área de Reserva Legal deva ser de 80% na Amazônia, 35% na região de cerrado que esteja nos estados da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões.

Em defesa do PL 6.424 está a idéia de estimular os proprietários rurais a regularizar sua situação perante o Código Florestal. A flexibilidade do Código Florestal coloca contra o governo duas forças opostas. De um lado, os ruralistas, que dispõem de mais terras para ser cultivadas, e ambientalistas. De outro, os ambientalistas, temerosos com o risco do aumento de terras cultiváveis e do plantio de espécies exóticas, como o dendê.

O projeto estava previsto para ser votado no final de 2007, com destaque para pontos como a redução, na prática, da Reserva Legal na Amazônia, a possibili-

dade de manter bacias hidrográficas sem florestas (ao permitir a compensação da RL em outra bacia) e de transferir a elas a responsabilidade pelas florestas recompostas (ao sugerir a recuperação de áreas degradadas em terras de comunidades tradicionais). Após amplo processo de negociação, a votação foi adiada.

A situação ficou mais complicada com o Decreto 6.514, publicado em 22 de julho, que estabelece novas exigências e punições

a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). Entre as imposições, está o prazo de seis meses para averbação de Reserva Legal a partir da publicação do decreto, além de multas e embargos à comercialização de produtos agropecuários vindos de propriedades localizadas em áreas de proteção ambiental. Também prevê a demolição de obras que estiverem em locais de conservação do meio ambiente. No entanto, para o setor agropecuário, o texto do decreto é inconstitucional por indicar imposições não previstas em lei.

No fim de agosto, a CNA protocolou no Ministério do Meio Ambiente (MMA), documento assinado por 14 entidades ligadas ao setor produtivo e pela Frente Parlamentar da Agropecuária com sugestões de alterações ou supressões de vários dispositivos do decreto. O governo prometeu publicar outro decreto para alterar o texto do Decreto 6.514, mas as mudanças ainda não ocorreram. ■

A batalha ambiental e fundiária

Duas grandes quedas-de-braço sobre a polêmica questão da legislação ambiental e fundiária no Brasil aconteceram no final de ano:

Primeira: a disputa entre arrozeiros e indígenas sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima;

Segunda: a definição do Código Florestal. São discussões difíceis e de natureza antiga, seja do ponto de vista teórico como do prático. Envolve aspectos históricos de usos e costumes da sociedade, de relação entre a posse e o uso da terra, de direito adquirido e de preservação do meio ambiente. No dia 9 deste mês, o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento da ação popular que questiona a legalidade da demarcação contínua de 1,7 milhão de hectares da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. Apesar de a maioria dos ministros ter votado a favor dos índios, o STF não deu a sentença final devido ao pedido de vista feito pelo ministro Marco Aurélio Mello. O julgamento deve

ser retomado em 2009, mas ainda não tem data marcada.

A reserva foi demarcada em 1998 e homologada em 2005, quando começou a retirada dos não-índios da região. Em 2008, a Polícia Federal foi chamada para ajudar na retirada de produtores de arroz. Um grupo de fazendeiros, índios e o governador de Roraima recorreram ao STF, pedindo a suspensão da operação federal. Em maio, o Supremo decidiu pela paralisação da operação até que fosse julgado o mérito das ações que contestam a legalidade da reserva.

Agora, neste mês, em 10 de dezembro, por meio do Decreto N° 6.686, de 10 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou o Decreto N° 6514/2008 e acresceu-lhe alguns dispositivos. Uma das principais medidas foi o aumento do prazo para a averbação em cartório de 20% da cobertura vegetal das propriedades rurais (Reserva Legal). Os proprietários que já haviam recebido multas e sanções, com a entrada em vigor da determinação, desde julho passado, serão anistiados. O assunto continua na pauta.

Conferência das partes

Encontrar caminhos

NA COP 13, realizada durante dezembro de 2007, em Bali, na Indonésia, foi elaborado o documento *Bali Action Plan*, chamado de Mapa do Caminho. Isso abriu um processo de negociações para uma nova série de objetivos, com o estabelecimento de cortes mais profundos nas emissões de gases de efeito estufa, incluindo o debate sobre o desmatamento.

Pelo cronograma, os países signatários da convenção terão até 2009 para decidir qual será o novo mecanismo global de mudanças climáticas, após o final do primeiro período do Protocolo de Quioto, em 2012.

Agora, neste mês, o encerramento da COP-14 (14ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), em Poznan, na Polônia, deixa sem resposta pelo menos uma grande pergunta: qual será a trilha para fechar o acordo que entrará no lugar do Protocolo de Quioto?

Existe um prazo de um ano para encontrar uma saída, mas esse tempo não parece ser tão longo diante das diferenças de pensamentos colocadas nas discussões. Muitos representantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento saem do encontro com posições tão distantes quanto entraram.

Entre os avanços do encontro podem ser citados:

- A definição do *status* jurídico do Fundo de Adaptação da ONU, um dos mais importantes mecanismos de luta contra os efeitos das mudanças do clima. Foi concedida à personalidade jurídica ao Conselho de Adaptação, órgão do Banco Mundial, a autonomia para liberar dinheiro;

- O esqueleto do futuro acordo que sucederá o Protocolo de Quioto;
- A inclusão no Fundo da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), criado para compensar financeiramente os proprietários de matas naturais que se prontificarem a proteger as florestas por 60 anos.

Prestação de contas

- **China: corte de 335 milhões de toneladas de emissões de CO2 com o aumento da eficiência energética nos anos de 2006 e 2007;**
- **Brasil: plano de mudança climática, com meta de reduzir o desmatamento até 2018;**
- **México: Corte de 50% nas emissões até 2050;**
- **Índia e África do Sul (país que sediará a conferência posterior a Copenhague, em 2011), também mostraram seu comprometimento para evitar o aquecimento global acelerado. Esses países esperavam alguma contrapartida do grupo dos industrializados, mas não houve nenhum sinal nesse sentido.**

O acordo em torno do relatório somente foi possível graças à remoção de três propostas:

1º De uso imediato da tecnologia de Captura e Estocagem de Carbono (CCS), defendida por nações árabes, Reino Unido, com aval da União Européia e Noruega. Os países produtores de petróleo

receberiam créditos de emissões de carbono e, dessa forma, manteria os níveis de poluição decorrentes da atividade. O Brasil alegou falta de consenso científico, sob a argumentação de que não se sabe a sua eficiência e segurança. Há risco, por exemplo, de escape das bolhas de dióxido de carbono (CO2) estocadas;

2º De auxiliar países em desenvolvimento a se adequar às mudanças do clima;

3º De aplicação de um mecanismo financeiro que permitiria a extensão dos recursos, incluindo verbas de países desenvolvidos.

O denominador comum entre os participantes ficou por conta dos recursos a serem empregados para dar suporte aos projetos de países mais sensíveis aos efeitos do aquecimento global. A proposta prevê a constituição de um fundo de adaptação às mudanças climáticas, com acesso direto dos países. Não haveria dependência de agências internacionais como o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Infelizmente, a quantia disponível para financiar projetos em todo o Terceiro Mundo ainda é pequena para atender à enorme demanda: US\$ 80 milhões ao ano atualmente e, no máximo, US\$ 300 milhões em 2012.

Os países em desenvolvimento, responsáveis pela formação do fundo, alimentados basicamente por 2% dos créditos gerados pelos projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), foram absolutamente contrários às sugestões para ampliar as fontes de dinheiro. A posição provocou reação do lado dos países em desenvolvimento na sessão de encerramento da COP.

Sobre as metas de redução de emissões, as dúvidas não foram dirimidas, enquanto nada de substancial ficou estabelecido sobre dois itens fundamentais da negociação, a transferência de tecnologia e o financiamento às nações pobres.

Cercada de desafio, os olhos se voltam para a próxima reunião da COP-14, marcada para 2009, em Copenhague, na Dinamarca, prazo final para chegar a um novo acordo global sobre o clima. ■

Meio ambiente

Meta para desmatamento

APROXIMADAMENTE TRÊS quartos do CO₂ lançado pelo País na atmosfera é liberado na queima e na decomposição da matéria orgânica da floresta, como resultado do desmatamento,

a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa do Brasil

Há anos, o governo brasileiro sofre pressões externas e internas para assumir metas mensuráveis de redução do desma-

tamento, como forma de reduzir também suas emissões de CO₂ e sua contribuição para o aquecimento global.

Na condição de maior floresta tropical do mundo, a Amazônia é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, com numerosas espécies animais e vegetais – muitas delas ainda desconhecidas. Um riqueza verde que abriga 20 milhões de pessoas, habitantes de cidades grandes como Manaus e Belém, e pequenos vilarejos ribeirinhos.

Para proteger e desenvolver a região amazônica, é preciso encontrar soluções ecológica e economicamente viáveis, que ofereçam prosperidade às populações da floresta bem como como segurança ao meio ambiente.

O novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia deve combinar responsabilidade social e proteção ambiental, de modo a permitir a exploração dos recursos da floresta de maneira racional e garantir qualidade de vida para os habitantes da região.

Muitas ONGs estão engajadas na batalha contra a destruição da floresta amazônica, com denúncias sobre a derrubada inescrupulosa de árvores feita pela indústria madeireira. Das autoridades governamentais são cobradas a aplicação de instrumentos mais eficientes de controle e fiscalização.

A campanha envolve também educar e incentivar os consumidores a escolher produtos florestais que tenham origem ecologicamente sustentável, como a madeira certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal).

Amazônia: meta de redução do desmatamento

Período	Área (km²)	Pressuposto
2006 a 2009	11.700	40% da média de 1996 a 2005
2010 a 2013	8.190	70% da média de 2006 a 2009
2014 a 2017	5.733	70% da média de 2010 a 2013

Fonte: MMA

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

O desmatamento anual da Amazônia, medido entre agosto de 2007 e julho de 2008, foi de 11.968 km², área correspondente a 1,2 milhão de campos de futebol. A taxa é 3,8% maior que a devastação registrada no mesmo período entre 2006 e 2007. Os números foram divulgados, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A resolução Bacen nº 3545/08, do Banco Central, ao impedir crédito para os produtores em condições ilegais do ponto de vista fundiário e ambiental, evitou estimativas piores se confirmassem. Muitos agricultores procuraram os órgãos ambientais para se regularizarem.

O Pará foi o estado que mais desmatou este ano. Foram 5.180 km² de área devastada. Em seguida, Mato Grosso com 3.259 km², e em terceiro, o Maranhão, 1.085 km². Para o MMA, a situação do Maranhão é preocupante porque o estado dobrou em um ano a área desmatada.

O avanço da soja e a produção de carvão ilegal para as siderúrgicas são os principais motivos do crescimento do desflorestamento. Apesar de ter tido um pequeno aumento em relação ao ano passado, Minc acredita que os números de Mato Grosso são positivos quando comparados ao registro de até 10 mil km² em anos anteriores. Ao contrário do Pará, que permanece há quatro anos líder de desmatamento.

A regulamentação do Decreto nº 6.114, que pune com mais rigor os crimes ambientais, as operações conjuntas do Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis (Ibama) com a Polícia Federal e os portais de fiscalização instalados nas BR-364 e 163 são apontados como responsáveis pela queda do desmatamento nos últimos meses, considerados os mais críticos do ano.

No início deste mês, o governo federal lançou o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A sua meta principal é a redução do desmatamento na Amazônia nos próximos dez anos, o que evitará a emissão de 4,8 bilhões de toneladas do gás..

A referência dos parâmetros foi a média de desmate dos dez anos anteriores, no período de 1996 a 2005, de 19.500 quilômetros quadrados. Como nos últimos três anos, de 2005 a 2008, foram derrubados 37.600 km² de floresta, e para cumprir o plano, o desmatamento em 2009 terá de ser o menor da história, de 9.200 km².

Em 20 anos de monitoramento e fiscalização, o desmatamento anual na Amazônia nunca ficou inferior a 11.000 km². A menor taxa anual ocorreu em 1991, quando foram retirados 11.030 km² de floresta. Para este ano, o número estimado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, próximo de 12.000 km², é considerado favorável.

Se todas as metas forem plenamente cumpridas, outros 70 mil km² de florestas desaparecerão. A área excede a soma dos territórios dos estados do Rio e de Sergipe. Como a grande maioria dos desmatamentos praticados na Amazônia são ilegais, a convivência com a clandestinidade continuará.

Desmatamento por estado (km²)

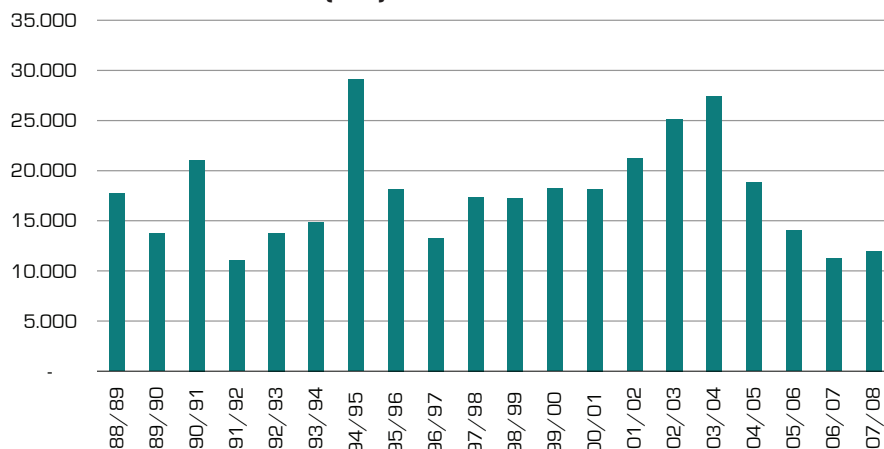
Estado	2007	2008	Var.%
AC	184	122	-33,7
AP	39	-	-
AM	610	479	-21,5
MA	613	1.085	76,9
MT	2.678	3.259	21,7
PA	5.425	5.180	-4,5
RO	1.611	1.061	-34,1
RR	309	570	84,5
TO	63	112	77,7
Total	11.532	11.868	3,8

Fonte: Inpe

O plano contempla ainda outras medidas como:

- Arrecadar US\$ 1 bilhão em doações

Desmatamento da Amazônia (km²)



Fonte: Inpe

ABRANGÊNCIA MUNDIAL

Na abertura da sessão de alto nível da COP-14 (14ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), em Poznan (Polônia), realizada neste mês, da qual participam ministros do Ambiente de mais de 150 nações, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou que o Brasil “construiu uma das economias mais verdes do mundo. Ele disse que o País criou milhões de empregos durante o processo de “esverdear” a economia.

Na COP 14, pelo menos 33 dos 39 países que devem reduzir suas emissões de gases de efeito estufa após Kyoto apresentaram propostas de corte. A lista inclui os 27 membros da União Européia, Noruega e Suíça, elogiados pela comunidade internacional, mas também os “vilões” Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Mais ou menos ambiciosas, as propostas devem ser levadas às mesas de negociação a partir de março de 2009.

O grupo de países que precisa apresentar propostas de corte integra o chamado Anexo 1 do Protocolo de Kyoto é formado por 30 países filiados à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE) e por membros do extinto bloco socialista. Barack Obama, presidente eleito dos EUA, deseja retornar em 2020 aos níveis de 1990. A UE assegura que reduzirá em até 30%, o Reino Unido se comprometeu a reduzir em 26% e a Suécia discute a redução de 35%.

O Banco Mundial negocia um empréstimo ao Brasil para a área ambiental de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão para permitir o desenvolvimento sustentável e proteger o ambiente. O acordo está sendo firmado entre o banco e os Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, além do BNDES.

do exterior para o Fundo Amazônia, criado neste ano, e que já recebeu doação da Noruega;

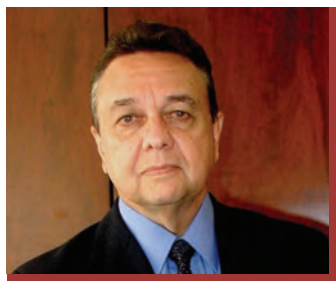
- Aumentar o consumo de carvão vegetal “sustentável” em substituição ao carvão mineral;
- Fomentar a indústria do etanol para alcançar um aumento médio anual

de consumo de 11% nos próximos dez anos.

O plano não traz metas de limite de desmatamento no cerrado, tido como um dos biomas mais vulneráveis, que neste ano deve perder cerca de 20 mil km² de cobertura natural e contribuir para o aquecimento global. ■

Diário de bordo

Modernizar o crédito rural



Roberto Rodrigues*

O VICE-PRESIDENTE de Agronegócios do Banco do Brasil, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, vem despertando muita atenção do setor rural, do Parlamento, e até mesmo de áreas do Executivo Federal ao tecer críticas procedentes sobre o “envelhecimento” do nosso modelo de crédito rural.

Com efeito, ele foi montado há 43 anos, durante os quais as mudanças no agronegócio brasileiro foram notáveis, seja no caráter tecnológico, seja no gerencial, seja no comercial, alcançando um ótimo nível de competitividade global. E, é claro, os instrumentos de crédito rural não acompanharam essa evolução. Ficou no passado a situação em que o volume total de crédito rural oficial disponível era quase o dobro do custo de produção da safra brasileira. Hoje, a participação é de aproximadamente um terço da necessidade do setor.

Como, na prática, o crédito rural tornou-se um crédito bancário, é preciso observar regras de regulamentação do sistema financeiro, como a classificação de risco e a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Com isso, o crédito oficial não atende à demanda, e o agricultor corre atrás de fontes de financiamento mais caras, aumentando o juro médio a ser pago.

A partir de uma exposição realizada por Guedes no Conselho Superior do Agro-

negócio da Fiesp, decidiu-se iniciar imediatamente um amplo trabalho visando à modernização do crédito rural no Brasil.

Os temas a serem tratados seriam, entre outros, os seguintes:

- desburocratizar os processos para obtenção do crédito rural, velho desejo dos produtores, sempre buscado, com resultados ainda insatisfatórios.
- criar um modelo de crédito rotativo e renovável para o conjunto dos empreendimentos da propriedade rural, de modo que vários ciclos produtivos sejam automaticamente atendidos.
- montar um sistema de seguro rural poderoso e compulsório, que garanta renda ao produtor, de modo que o crédito fique mais “confiável” para parte dos bancos.
- subsidiar o prêmio de opções de venda, à imagem da subvenção ao prêmio do seguro. O próprio governo estadual de São Paulo estaria disposto a participar desse subsídio.
- criar um fundo de liquidez para o crédito rural.

Tais instrumentos acabariam eliminando as recorrentes negociações de dívidas, e custariam muito menos ao Tesouro Nacional.

Para dar consistência ao projeto, organizou-se um grupo de trabalho, do qual participarão o próprio BB, outros órgãos do governo (Bacen, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento) pelo lado oficial federal, e, pelo lado privado, o próprio Cosag, a CNA, a OCB, a Abag, a SRB e a BM&F. Também participarão um representante da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e outro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura.

Esperamos ter tudo pronto para discussão final em março de 2009. É esperar para ver. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Recomendações contra a crise



Cesário Ramalho da Silva*

UM NOVO ano começa e o momento inicial exige cautela, em razão da crise econômica. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi uma das primeiras entidades a alertar para os problemas decorrentes do agravamento da crise. A hora crítica chegará na época da colheita da safra de verão.

O produtor rural precisa estar preparado para atravessar a turbulência, com planejamento criterioso das suas finanças, economizar ao máximo e investir tão somente o necessário, a fim de mitigar os riscos.

A recomendação passa pela gestão do fluxo de caixa, administrado por meio de uma simples planilha de despesas e receitas futuras. É uma previsão de gastos e ganhos futuros, e não uma análise do passado. Trata-se de uma moderna técnica de orçamento “base zero”.

Com um fluxo de caixa bem controlado, o produtor terá um diagnóstico antecipado das suas finanças. Isso facilitará a administração do seu negócio, com identificação dos períodos de caixa mais apertado ou dê uma “folguinha”. Assim, conseguirá programar-se melhor para obter vantagens ou evitar perdas nas compras e vendas, bem como nas operações de captação de recursos. O *timing* preciso do fluxo de caixa ajudará a fazer prognósticos mais exatos da dinâmica do negócio.

Para funcionar de maneira eficaz, o fluxo de caixa requer total conhecimento dos

custos. O produtor tem de ter na ponta do lápis todos os seus custos. Sabê-los é a base do planejamento. Jamais deve acontecer uma mistura das finanças pessoais com as da fazenda. Se fizer isso, o produtor perderá a capacidade de avaliar se o negócio vai bem ou mal.

Como os preços são voláteis, já a escolha de ser eficiente é uma decisão que está mais nas mãos do produtor que no humor dos mercados. Dessa forma, o produtor não pode, principalmente em um período de crise, descuidar da qualidade dos processos e do produto que entrega.

Ele pode e deve ainda reavaliar investimentos, analisar se vale a pena reformar em vez de comprar algo novo, medir o desempenho de sua equipe, avaliar as condições oferecidas pelos fornecedores, estudar o melhor comprador para a produção e assim por diante. Tudo em nome do aumento de produtividade, que acarretará o encurtamento do ciclo econômico da sua atividade.

A otimização do ritmo de produção será benéfica para o fluxo de caixa (olha ele aí de novo), pois o produtor terá mais chances de sempre ter algum capital de giro, diminuindo os buracos no orçamento.

Ao final, quero deixar uma mensagem otimista. A ONU prevê que o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos até 2030 e dobrar até 2050. O diretor da FAO, divisão da ONU para alimentação e agricultura, Jacques Diouf, já disse que se trata de um desafio e tanto dar de comer a 9 bilhões de pessoas em 2050.

O Brasil é o país que reúne as melhores condições para fornecer ao mundo alimentos e energia limpa e renovável de que o planeta tanto precisa. Disponibilidade de terras, clima favorável, variedade de solos, estoque de água doce são importantes vantagens que temos na agricultura. Isso sem contar o perfil empreendedor e a competência dos produtores rurais. Temos muitos desafios, mas tenho certeza de que nosso amanhã será positivo. ■

Opinião

A reforma indesejada



João Sampaio*

A REFORMA tributária brasileira parece tiririca. O agricultor conhece o mal causado por essa erva daninha. A planta nasce no meio da pastagem e não permite o seu desenvolvimento. Invade a área sem respeitar limites de cerca. Nasce forte, e, quanto mais é cortada e recortada, se fortalece. Enfim, suas características são bem similares à atual proposta de reforma tributária, que afeta 200 dispositivos constitucionais, remexe as relações entre os Três Poderes e cria distorções entre estados produtores e consumidores.

Não estuda o agronegócio, nem lhe dá foco, apesar de representar no País 37% dos empregos e ser responsável pelos superávits da balança comercial nos últimos anos. No campo da tributação, a agropecuária, na propriedade, gera R\$ 22 bilhões por ano. Isso corresponde a um ônus de 13% do PIB agrícola. Na agroindústria e distribuição, são R\$ 80 bilhões, ou 20% do obtido por esses segmentos. Ao todo, o setor recolhe R\$ 102 bilhões, totalizando 18% do seu PIB para pagar impostos de forma geral, segundo o Cepea/Esalq/USP.

Tudo sem contar as distorções que persistirão entre estados agrícolas, processadores e países do Mercosul, com a reforma proposta. Hoje, um trator produzido no município gaúcho de Horizontina custa R\$ 120 mil. Se o produtor for a Porto Alegre (a 500 km) o comprará pelo mesmo

preço, mas se for a Montevideu (a 700 km), poderá adquiri-lo por 30% menos. Por quê? A política de exportação garante isenção de PIS/Cofins/ICMS, mas no mercado interno não vale. O oposto também ocorre: o litro de glifosato (herbicida sistêmico) no Paraguai ou Argentina é até 50% mais caro que no Brasil. Não se trata de defender a tributação na saída nem na entrada, mas que prevaleça um bom senso tributário, hoje inexistente. É um salve-se quem puder.

Na guerra fiscal entre estados, a reforma tributária consegue ser pior que a tiririca. Comumente, essa batalha consiste na atração de empresas mediante a isenção do ICMS, principal imposto estadual sobre o valor adicionado. A proposta constitucionaliza a prática, oferece um prazo de 12 anos de duração dos incentivos e permite que qualquer estado crie o incentivo que quiser.

No caso da agricultura, a industrialização dos produtos, ao invés de beneficiar os estados processantes, poderá prejudicá-los, porque prevê uma redução drástica nas alíquotas interestaduais, transferindo recursos dos estados produtores para os consumidores. Se antes a chamada “commoditização” dos nossos produtos agrícolas já era criticada por privilegiar o mercado exportador, isento de vários impostos, com a proposta, a mesma coisa se aplica ao mercado interno.

O setor de fertilizantes, estratégico para uma agricultura subtropical dependente de produtos químicos importados como a nossa também não foi pauta de discussão assim como a agricultura num todo.

Como se nota, a reforma que ninguém quer é mesmo uma tiririca, por mais que cortemos, ela já nasce com um vício de origem. Além de ser considerada das piores dos últimos vinte anos por dez entre dez analistas, ela simplesmente ignora o setor do agronegócio. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo